

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

À Sociedade Brasileira,

Ao apresentar as Demonstrações Contábeis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, aproveite a oportunidade para expor, com satisfação, os principais dados econômicos e financeiros que embasam esses resultados e que se constituem, por conseguinte, referenciais de comprometimento desta gestão.

Às vésperas de completar dois anos à frente da estatal, orgulho-me dos resultados aqui apresentados, pois são os frutos de um trabalho executado com afinco por toda a empresa, desde seus níveis operacionais até a alta gestão. O que foi realizado nos Correios desde 20 de junho de 2019 é, portanto, o somatório dos esforços de quase 100 mil empregados no intuito de oferecer serviços postais de qualidade ao cidadão, bem como modernizar uma instituição que carecia, há tempos, de uma condução orientada ao futuro. Sob essa gestão, a empresa, mesmo em um cenário desafiador, tem desempenhado suas atividades com responsabilidade e eficiência, fazendo jus à confiança nela depositada ao cumprir com excelência sua missão de conectar pessoas, instituições e negócios.

Com atuação focada na sustentabilidade econômico-financeira, os Correios obtiveram um lucro líquido de R\$ 1,53 bilhão, configurando-se como o melhor resultado da empresa nos últimos 10 anos. Esse número chancela, portanto, a efetividade das medidas adotadas em prol da modernização das operações dos Correios, uma vez que estas possibilitaram maiores economicidade e produtividade, a retomada e manutenção dos altos índices de qualidade operacional, proporcionando, ainda, maior rentabilidade para a empresa.

A adequação das cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2021 à realidade da empresa e do mercado é digna de destaque. Benefícios concedidos em momentos anteriores – e que não mais refletiam as condições econômicas da empresa – foram ajustados ou suprimidos, o que proporcionou aos Correios considerável redução nas despesas com pessoal (na ordem de, aproximadamente, R\$ 400 milhões) e contribuiu, ainda, para equilibrar as contas da estatal. Ademais, com os ajustes promovidos, a diretoria cumpriu integralmente as determinações da SEST/ME, que recomendavam a revisão da política de benefícios em descompasso com a legislação trabalhista.

Em meio à crise sanitária que aflige o mundo, os Correios mantiveram suas atividades: dada a essencialidade dos serviços prestados, bem como sua função crucial para o setor de logística, coube à companhia o desafio de garantir a continuidade de suas operações durante a pandemia. Para cumprir essa missão, a diretoria adotou diversas medidas de proteção no intuito de oferecer segurança a seus empregados, clientes e fornecedores. Com sua linha de frente protegida, os Correios puderam atuar no combate à Covid-19 por meio da Rede Vírus, uma iniciativa liderada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, para a qual a empresa realizou a logística de transporte de material biológico destinado a pesquisas sobre a doença e seu agente causador, o SARS-Cov-2.

Ao mesmo tempo, com o aumento da demanda gerada pelo e-commerce, houve uma renovação do portfólio de produtos e serviços dos Correios, na qual a digitalização e a conveniência para o cliente foram as grandes norteadoras. Novos produtos foram lançados para atender exclusivamente lojistas, empreendedores e clientes do comércio eletrônico; serviços já consolidados foram expandidos para melhor amparar o ambiente de negócios digital; os canais de atendimento dos Correios foram reformulados para dar maior suporte às relações online, inclusive com a adoção de uma assistente virtual, a CAROL. Com essas medidas, a empresa foi capaz de acompanhar o crescimento do setor de encomendas, consolidando sua posição de destaque no cenário nacional.

No exercício de 2020, as receitas de encomendas mantiveram o patamar de crescimento verificado nos anos anteriores, atingindo acréscimo de 9% em relação a 2019, resultado decorrente, principalmente, da expansão do e-commerce. As receitas internacionais – obtidas por meio de serviços prestados a Correios de outros países –, por sua vez, ultrapassaram o marco de R\$ 1,2 bilhão, outro recorde para a empresa. Ressalta-se que essas conquistas convergem para demonstrar que os Correios acompanham as tendências do mercado e da sociedade, adotando medidas em sintonia com as inovações mundiais dos setores de logística e encomendas para, sobretudo, prestar serviços cada vez melhores.

Nesse contexto, cabe salientar, ainda, a expressiva melhora no potencial de geração de caixa, oriunda da evolução da produtividade e eficiência operacional ao longo dos anos. Com efeito, em 2020, a empresa registrou um EBITDA de R\$ 1,455 bilhão – resultado que, comparativamente ao ano anterior, representa uma evolução de 115%.

Com o mesmo ânimo, cumpre informar que o Patrimônio Líquido obteve um crescimento de 84% em relação ao ano de 2019, totalizando, aproximadamente, R\$ 950 milhões. Isto sinaliza, com clareza, a considerável melhora da saúde financeira e dos negócios da empresa e reflete, entre outros fatores, o empenho dessa gestão em reduzir os prejuízos acumulados, que caíram de R\$ 2,761 bilhões (2º trimestre de 2019) para R\$ 859 milhões.

Ao promover o desfazimento de bens móveis e imóveis inservíveis, a diretoria dos Correios ampliou o rol de ações para reduzir as despesas não obrigatórias da empresa. Com a alienação de itens e edificações em desuso, houve considerável decréscimo no montante dispendido a título de manutenção, viabilizando, assim, a alocação de mais recursos em prol da modernização da estatal.

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes, os Correios aplicaram aproximadamente R\$ 1,1 bilhão em investimentos e projetos de BTS (*Built to Suit*), promovendo, assim, a modernização e otimização de sua capacidade produtiva e infraestrutura. Nos últimos dois anos, pode-se destacar, ainda, os investimentos em ampliação e renovação de sua frota de veículos, ativos de tecnologia, automação do tratamento de objetos e ampliação e modernização da estrutura de tratamento e de atendimento.

A aprovação da possibilidade de emprego de mão-de-obra em regime de Execução Indireta de Serviço (EIS) foi mais uma conquista dos Correios em favor de sua modernização. Com essa nova modalidade de contratação, além de uma significativa redução nos custos operacionais, a empresa poderá solucionar eventuais déficits de atendimento com mais celeridade, o que se traduzirá em melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

A atual Diretoria dos Correios, desde o início de sua gestão, esteve sempre atenta aos apontamentos do Conselho de Administração (CA), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e demais órgãos de controle, priorizando sanar e /ou corrigir as questões indicadas. Merece citação, por exemplo, a decisão deste Presidente em criar um Grupo de Trabalho específico para solucionar ressalvas existentes há anos, cujo Plano de Ação teve por principal objetivo propor medidas que abordassem, com prazos e metas definidas, apontamentos sobre temas relevantes que restavam pendentes. Como resultado de uma atuação que visou à mitigação de riscos associados, quer sejam financeiros, competitivos ou qualitativos, assim como a busca de soluções para as mencionadas ressalvas, o Plano de Ação foi implementado com êxito, possibilitando a eliminação da totalidade das ressalvas e, ainda, uma expressiva melhoria na qualidade das informações prestadas aos usuários nas Demonstrações Contábeis de 2020.

Merecem destaque os consideráveis esforços empreendidos para honrar os compromissos com a Postal Saúde, na ordem de R\$ 600 milhões, o que resultou na eliminação do passivo existente e, ainda, no cumprimento integral do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF) firmado entre a Operadora de Saúde e a Agência Nacional de Saúde (ANS). Tal providência, por seu êxito, contribuiu para o resgate da credibilidade do Plano de Saúde junto a seus credenciados, bem como para a melhoria do atendimento a seus beneficiários, ao tempo que afastou o risco de direção fiscal presente nas gestões anteriores. Essas ações corroboram, por conseguinte, o espírito de compromisso da gestão atual em manter a Empresa em elevado nível de confiança junto à sociedade.

O Postalis, por sua vez, teve seu perfil de investimentos restaurado, voltando a realizar aplicações condizentes com sua natureza previdenciária. Os resultados verificados em 2020 indicam que os planos Benefício Definido (BD Saldado) e Postalprev reagiram bem às variações do mercado, registrando índices de rentabilidade positivos na ordem de 23,4% e 14,3%, respectivamente.

Para chegar até aqui, com todas as realizações desse exercício, foi preciso, inegavelmente, muita entrega e dedicação. O sucesso das ações propostas nesse período é decorrente, em sua maior parte, do comprometimento de cada um dos empregados da empresa, os quais são merecedores de reconhecimento especial. Os mesmos agradecimentos são estendidos ao Ministério das Comunicações, órgão ao qual somos vinculados e que nos propiciou as melhores condições para o atingimento dos resultados aqui expostos, bem como aos nossos clientes e fornecedores, pelo apoio, confiança e parceria.

Acrescento, em minhas considerações conclusivas, que o conjunto dos resultados e das conquistas obtidas em 2020 propicia aos Correios credibilidade e certeza de que a sua condução, pautada em boas práticas e no fortalecimento da sustentabilidade econômico-financeira, garante à Empresa uma imagem institucional sólida, permitindo-a desempenhar suas atividades com excelência nos cenários brasileiro e mundial e deixando-a, por conseguinte, em condições bastante favoráveis no contexto dos estudos de desestatização que estão sendo conduzidos a seu respeito.

Por derradeiro, é questão de justiça reconhecer a atuação extremamente construtiva e colaborativa do Presidente e os demais membros dos Conselhos de Administração e Fiscal na condução dos trabalhos, fator este imprescindível para que a atual gestão mantivesse a condição favorável em que se encontra, ao que a empresa, penhoradamente, agradece, externando votos de elevada confiança e consideração.

Atenciosamente,

**FLORIANO PEIXOTO VIEIRA NETO**

Presidente dos Correios

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À Sociedade Brasileira,

O ano de 2020 foi marcado por profundas transformações: vivemos uma crise sanitária de escala mundial, situação que requer de todos grande capacidade de adaptação.

Apesar do cenário desfavorável, foram verificados importantes avanços nos indicadores dos Correios, o que reforça o compromisso da gestão com a entrega de resultados consistentes.

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2020, documentos que contêm as principais ações empreendidas no referido período e os principais resultados da empresa, bem como os destaques dentre as realizações alcançadas na empresa e as perspectivas para o próximo exercício.

1 Ao longo do relatório, poderá haver pequena variação entre valores apresentados, devido a arredondamentos que impactam o somatório e a divulgação de números (tabelas/gráficos/texto), assim como a soma dos percentuais que pode não totalizar 100.

### 1 Destaques do exercício de 2020

I. Lucro líquido de R\$ 1,53 bilhão, configurando-se como o melhor resultado alcançado nos últimos 10 anos, e superávit primário de R\$ 378 milhões em 2020, sendo R\$ 314 milhões acima da meta de resultado primário aprovado pelo Governo Federal. Os Correios, empresa pública estatal não dependente de recursos da União, possuem operação custeada, integralmente, por receita própria.

II. Avanço das adesões ao serviço Balcão do Cidadão, com a assinatura de 18 contratos comerciais, posicionando os Correios como um importante canal de acesso a serviços de interesses do cidadão. O Balcão do Cidadão consiste na oferta de serviços públicos e privados que necessitam de interação do usuário com o órgão público ou empresa privada, por meio da rede de atendimento dos Correios.

III. Evolução dos canais digitais Portal Correios (Web) e App Correios (*Mobile*), que permitem ao cliente solucionar grande parte de suas demandas a partir do aplicativo Correios, por meio das funcionalidades de Pré-Atendimento, Busca Agência, Rastreamento, Correios Celular, Preços e Prazos e Minhas Mensagens.

IV. Implantação do atendimento automatizado pela atendente virtual dos Correios, CAROL, que responderá as mais diversas perguntas sobre os Correios e aprenderá sobre o perfil dos clientes.

V. Ampliação do Serviço Packet para entrega das compras feitas pelos brasileiros em lojas *on-line* no exterior, que possibilita a utilização direta da plataforma dos Correios por operadores logísticos internacionais, propiciando maior celeridade no desembaraço aduaneiro, em função do recebimento em meio eletrônico de 100% das informações.

VI. Recorde de vendas obtido em um único dia de dezembro nos balcões de atendimento, que geraram R\$ 14,8 milhões em receita, um crescimento de 31% em relação à média diária de vendas dos 11 meses anteriores.

VII. Lançamento de novas soluções digitais para facilitar a vida das pessoas. Com o Correios Entrega Digital, clientes que enviam boletos, contas, extratos, faturas e notificações pelos Correios podem enviar as mesmas comunicações também no formato digital. A ampliação do serviço e-Carta, que consiste na captação eletrônica dos dados da mensagem para entrega em meio físico, passou a contemplar pequenas postagens, ampliando o público alcançado.

VIII. Lançamento do programa AproxIME, pacote de soluções para ajudar comerciantes que precisaram mudar a matriz do seu negócio e dar os primeiros passos no e-commerce durante a pandemia de Covid-19. Dentre as principais soluções do programa estão contrato fácil; facilidade de pagamento; consultoria para logística no comércio eletrônico; suporte tecnológico; divulgação da marca; coleta gratuita de encomenda; Correios Log+; entrega no vizinho e Clique e Retire.

IX. Realização de 216 edições do Ciclo Permanente de Aprendizado (CAPs) e 20 eventos do Ciclo MPE.Net, em parceria com a Câmara-e.Net, que contou com a participação de, aproximadamente, 9.000 empreendedores do e-commerce.

X. Implantação da nova arquitetura tecnológica, que resulta em prontidão, padronização e reutilização de recursos.

XI. Distribuição de 3,50 bilhões de objetos, registrando-se um crescimento de cerca de 12% nos serviços de encomendas (SEDEX + PAC), em relação ao ano anterior.

XII. Criação e atualização de mais de 30 mil códigos de endereçamento postal (CEPs) de logradouros em mais de 40 cidades, beneficiando uma população estimada em três milhões de habitantes.

XIII. Conclusão de 90% da nova malha de transporte regional a partir da racionalização dos processos, que permitiu a redução do custo em R\$ 17 milhões e a ampliação da capacidade em 11,64%.

XIV. Reestruturação da malha de transporte nacional a partir da projeção do volume da carga, dos corredores de negócios e de demais requisitos definidos pela área comercial que, alinhada à prospecção de novas soluções de transporte, resultou na melhoria da integração de processos, ampliação da capacidade e redução dos custos.

XV. Renovação da frota, que consiste na substituição contínua e ininterrupta da frota de veículos no período de 2020 a 2024, com investimento anual de R\$ 140 milhões. Em 2020, foram adquiridos e incorporados à frota dos Correios 5.345 motos e 1.114 furgões 600 kg.

XVI. Aprimoramento dos processos operacionais dos centros internacionais (CEINTs), responsáveis pelo tratamento das encomendas oriundas do exterior, que propiciaram o aumento de mais de 90% da produtividade no CEINT/Curitiba-PR.

XVII. Implantação do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas (CTCE), em Contagem/MG. Com uma área total de 40 mil m<sup>2</sup>, a unidade opera com duas máquinas de triagem capazes de processar mais de 96 milhões de encomendas por ano, contribuindo para a ampliação da capacidade de tratamento de cargas e maior competitividade dos Correios.

XVIII. O Indicador de Entrega no Prazo (IEP) apresentou um resultado acumulado de 93,93% frente à meta de 95,87%, sinalizando um resultado satisfatório quando comparado a anos anteriores, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no contexto de calamidade pública e de crise sanitária oriundas da pandemia de Covid-19. Desde março/2020, para enfrentamento à pandemia, as operações foram adaptadas para manter clientes e empregados seguros. Entre orientações profláticas e adaptações, foram adotadas mais de 100 medidas emergenciais, incluindo o fechamento provisório para desinfecção de mais de 350 unidades operacionais.

XIX. Otimização da rede de distribuição, com a supressão de 61 unidades e migração de mais de 1.500 distritos (rotas) entre unidades, que viabilizou a redução de custos e percursos improdutivos e possibilitou a adequação da rede ao cenário pós-pandemia, de queda do segmento postal e de aumento do segmento de encomendas.

XX. Na operação Black Friday, os Correios bateram recordes históricos diários: mais de 2 milhões de encomendas entregues, mais de 2,2 milhões de encomendas postadas e mais de 3,6 milhões de encomendas triadas em um único dia.

XXI. Operação Limpa Pátio, que resultou no desfazimento de 104 mil bens móveis e veículos inservíveis, um incremento de 26% ante 2019 e uma receita de R\$ 10,6 milhões, cerca do dobro da auferida em 2019.

XXII. Gestão e otimização de ativos imóveis, ação realizada em nível nacional para a venda, inicialmente, de 123 imóveis próprios ociosos, denominada Feira de Venda de Imóveis dos Correios. Em que pesem os impactos econômicos oriundos da pandemia de Covid-19, foram arrematados 19 imóveis nas licitações, que totalizaram, em arrecadação, aproximadamente R\$ 10 milhões. Essa iniciativa visa, além da redução de gastos com a manutenção de prédios, ociosos e subutilizados, arrecadar cerca de R\$ 344 milhões em alienações para investimento.

XXIII. Capacitação de mais de 80 mil empregados (aproximadamente 83% do efetivo da empresa), totalizando mais de 10,4 milhões de horas, equivalente a quatro vezes mais o realizado em 2019. Cerca de 87% das capacitações se deram na modalidade de educação à distância.

XXIV. Conquista de avanços significativos relacionados à redução das despesas com pessoal na decisão sobre o Dissídio Coletivo de Greve, por meio da adequação e alinhamento de diversos benefícios oferecidos aos empregados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

XXV. Implantação do ajuste na forma de custeio do plano de saúde dos empregados, de 70% pago pela empresa e 30% pago pelos empregados para 50% para ambas as partes, em alinhamento ao modelo de custeio estabelecido pela Resolução nº 23/2018 - CGPAR às empresas estatais federais.

XXVI. Lançamento, em dezembro/2020, do Programa de Desligamento Incentivado (PDI), que tem por objetivo contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia Correios 2020-2024, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis ao plano.

XXVII. Inauguração, em outubro de 2020, na cidade de Curitiba/PR, da primeira loja Correios Aqui Modular (CMD), modelo "loja dentro de loja", aliando conveniência e comodidade, que considera aspectos comerciais e sociais da região. O formato prevê o compartilhamento de infraestrutura, experiência e recursos humanos do varejista para operacionalização dos serviços postais autorizados.

### 2 Estratégia corporativa

A Estratégia Correios é construída a partir da realização de diagnóstico, que contempla análise da estratégia vigente, do ambiente interno e externo, das tendências de mercado (internacional e nacional), das melhores práticas adotadas pelas administrações postais no mundo e da situação econômico-financeira da empresa.

A atualização da Estratégia Correios para o período 2020/2024, contemplou o acréscimo de um objetivo estratégico relacionado à Cultura Organizacional, sendo mantida a distribuição dos objetivos estratégicos, oito no total, em horizontes e fases. A gestão dos horizontes permite avaliação abrangente dos negócios, com a finalidade de se manter a sustentabilidade financeira da empresa, bem como enfrentar tempestivamente a concorrência, em sintonia com as tendências do consumidor. As fases definem os prazos para a empresa aumentar a rentabilidade, melhorar a execução operacional e o crescimento da receita.

A Identidade Corporativa dos Correios, que representa o conjunto de valores e crenças com que a empresa se identifica e a diferencia das outras organizações existentes no mercado, foi revisitada e atualizada, de forma a contemplar os avanços do ambiente, em constante evolução, em que a empresa se encontra inserida.

### Identidade Corporativa



### 3 Negócios e serviços

#### 3.1 Logística

Processo de captação e entrega de remessas nacionais e internacionais e de prestação de serviços de logística integrada, composto por:

I. **Encomendas:** recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos, com ou sem valor mercantil. Inclui ainda a Logística Reversa, serviço de retorno de encomenda, mediante autorização de postagem, com possibilidade de entrega simultânea de outra encomenda no momento da postagem ou da coleta. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 9,93 bilhões, representando variação de 9,03% em relação a 2019.

II. **Logística Integrada:** oferta de solução logística adaptada às necessidades de cada operação integrada a uma plataforma digital para gerenciamento completo da cadeia de valor. Inclui grandes operações customizadas, como a distribuição dos livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e a distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dentre outras. Também inclui a provisão de solução de logística integrada para suportar operações de e-commerce com demandas de serviços de armazenagem; atendimento de pedidos; separação; embalagem; integração com a solução de transporte/distribuição e logística reversa. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 336 milhões, representando variação de -21,68% em relação a 2019.

III. **Internacional:** oferta de soluções logísticas para importação e exportação de mensagens, impressos, documentos e bens com ou sem valor comercial. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 1,23 bilhão, representando variação de 33,88% em relação a 2019.

#### 3.2 Comunicação

Captação e entrega de correspondências físicas e digitais, correspondência agrupada (malote) e soluções de marketing direto:

I. **Mensagem:** toda comunicação física, de natureza administrativa, social ou comercial, que contenha informação de interesse específico do destinatário. Relativamente à comunicação eletrônica, os Correios disponibilizam opções classificadas como híbridas (mensagens que adentram de forma eletrônica e são impressas para entrega física aos destinatários ou adentram de forma física e são espelhadas digitalmente no aplicativo Correios) e digitais, com a disponibilização das comunicações somente em meio digital no aplicativo Correios. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 5,51 bilhões, representando variação de -25,16% em relação a 2019.

II. **Marketing:** toda comunicação na forma física, híbrida ou digital, de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, conforme normas de classificação de objetos dos Correios. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 432 milhões, representando variação de -10,93% em relação a 2019.

III. **Malote:** serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 241 milhões, representando variação de -34,86% em relação a 2019.

#### 3.3 Atendimento

Soluções de atendimento presencial, digital e à distância de consumidores e cidadãos para a prestação e/ou comercialização de produtos e serviços próprios ou de parceiros:

I. **Conveniência:** oferta de serviços de atendimento presencial aos cidadãos e aos consumidores, venda de produtos e serviços próprios e de terceiros e de artigos de filatelia. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 177 milhões, representando variação de -18,06% em relação a 2019.

II. **Financeiro:** soluções financeiras, seja por meio de transações financeiras, pagamento de contas, transferência de recursos (vale postal nacional e internacional), compra de títulos de capitalização e aquisição de consórcios. O desempenho do segmento em 2020 foi de R\$ 57 milhões, representando variação de -69,19% em relação a 2019.

#### 3.4 Projetos

I. **Seguros:** venda de seguros e microsseguros pela rede de atendimento dos Correios mediante contrato de exclusividade com o parceiro vencedor do certame público.

II. **Automação do tratamento de encomendas:** novas tecnologias de tratamento de objetos oriundas de fornecedores internacionais para modernização e ampliação da estrutura fabril, que propiciaram uma capacidade de tratamento automatizada de 194 mil objetos por hora.

III. **Remessa Expressa:** redesenho da Remessa Econômica Talão/Cartão e da Remessa Expressa Talão/Cartão, por meio de sua unificação em uma solução mais completa ao mercado para atender às necessidades dos clientes.

IV. **e-Carda fácil:** solução híbrida que visa simplificar a elaboração e postagem de cartas por meio da utilização de um sistema WEB, mais amigável, e que possibilitará pequenas e médias postagens.

V. **Locker:** terminais de autoatendimento espalhados nos municípios, que ampliam os pontos de entregas dos Correios para estações de trens e metrô, supermercados e shoppings, entre outros, possibilitando ao destinatário decidir a forma de recebimento da encomenda, de acordo com a sua conveniência e comodidade.

VI. **Baixa Georreferenciada:** registro realizado pelos carteiros, por meio de smartphones, da entrega de mais de 1 milhão objetos/dia. Com o registro das coordenadas (latitude e longitude) do local de entrega, o controle é aprimorado, gerando maior confiabilidade da prestação do serviço.

VII. **Implantação do novo modelo dinâmico para os corredores de negócios:** objetiva implementar os principais trechos dos corredores de negócio, com redução dos prazos de entrega dos serviços de encomendas nos principais trechos nacionais.

VIII. **Roteirização com o software TMS (Transportation Management System/Sistema de Gerenciamento de Transporte):** roteirização das rotas de coleta e entrega de encomendas dos centros de entrega de encomendas (CEE), o que contribui para maior economia no uso dos veículos na última milha.

IX. **Centro de Controle de Operações (CCO):** unidade que monitora toda a operação dos Correios, desde a captação do produto até a efetiva distribuição ao destinatário final, incluindo o monitoramento do índice de entrega dentro do prazo dos grandes clientes para a aplicação de ações contingenciais.

X. **Contratação de Cabotagem:** utilização do modal aquaviário em operações especiais, permitindo, a título de exemplo, a utilização de serviços de transporte da carga da operação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por multimodal (porta a porta). Com implantação prevista para 2021, a ampliação dos modais de transporte permitirá a redução dos custos, maior nível de integridade e a mitigação de riscos.

XI. **Monitoramento de itens postais com tecnologia Radio-Frequency Identification (RFID):** projeto desenvolvido em parceria com a União Postal Universal (UPU) com a finalidade de monitorar os objetos postais e os utilizadores (containers e caixetas) utilizados na rede de transporte, por meio da tecnologia de controle por radiofrequência. Foram instalados 972 equipamentos de monitoramento em 48 unidades operacionais de todo o país e, em 2021, serão instalados mais 910 equipamentos, de forma a expandir a cobertura para pelo menos mais 140 unidades operacionais.

XII. **Desenvolvimento e implantação do sistema Correios Frota:** implantação piloto do sistema Correios Frota, que promoveu a otimização da gestão da frota dos Correios, associada à redução de custos com a manutenção e o combustível dos veículos, leves e pesados, além de papel.

XIII. **Desenvolvimento e implantação do sistema de Registro Diário de Viagens e Ocorrências (RDVO):** implantação piloto do sistema RDVO digital, que substitui o registro de viagens em formulário de papel, pelo eletrônico, resultando na otimização da gestão das viagens de veículos leves e pesados, bem como na redução dos custos da frota e de papel.

### 3.5 Grandes operações

Os Correios mantêm parcerias, convênios e operações relevantes que trazem benefícios para a educação e a saúde no país. As principais operações realizadas em 2020 foram:

I. **Programa Nacional do Livro Didático:** distribuição de 190 milhões de livros didáticos, acondicionados em aproximadamente 19 milhões de encomendas para atender cerca de 140 mil instituições de ensino.

II. **Revalida** (exame para validação dos diplomas de medicina obtidos no exterior): entrega em 13 municípios, para 34.317 candidatos em 38 locais.

III. **Programa Leve Leite:** entrega de leite em pó aos alunos da rede pública de educação do município de São Paulo/SP. O serviço envolve o armazenamento e a distribuição mensal de 310 mil kg, atendendo 77.500 alunos.

IV. **Logística de medicamentos para o governo de Minas Gerais:** transporte e distribuição de mais de 1500 toneladas de medicamentos e produtos correlatos, nos 853 municípios de Minas Gerais.

V. **Apoio logístico à Rede Virus:** apoio ao comitê do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável pela coleta de material viral (novo coronavírus e influenza), na coleta e transporte desse material entre centros de pesquisa distribuídos pelo país. Ao longo de 159 dias, foram realizadas 516 operações de captação e 306 de distribuição, tendo sido entregue o total de 778 encomendas. O transporte realizado pelos Correios obedeceu a altos requisitos de segurança e agilidade para que o material fosse entregue em até 20 horas após a coleta.

## 4 Desempenho econômico-financeiro

### 4.1 Ambiente macroeconômico

Como reflexo dos efeitos causados pela pandemia de Covid-19, a economia global experimentou forte retração ao longo de 2020, impulsionada pelos impactos das medidas de isolamento social sobre o setor de serviços. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Produto Interno Bruto (PIB) mundial apresentará retração de 3,30% em 2020, ante crescimento de 2,80% em 2019.

De acordo com o escritório de estatísticas oficial da China (*National Bureau of Statistics of China*), a economia do país apontou expansão de 2,30% em 2020 no comparativo com o ano anterior. Em direção contrária, segundo dados do FMI, as demais economias de maior porte apresentaram um quadro disseminado de variações negativas do PIB na mesma base de comparação: EUA (-3,50%), Japão (-4,80%) e Zona do Euro (-6,60%).

No Brasil, os efeitos da crise sanitária repercutiram de forma intensa sobre a atividade econômica. O PIB de 2020 retraiu 4,06% ante o resultado de 2019, interrompendo a trajetória de crescimento iniciada em 2017.

A inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), avançou 4,52% frente a 4,31% no ano anterior. Entre as variações registradas em 2020, destacam-se os acréscimos apresentados pelos grupos: alimentação e bebidas (14,09%), artigos de residência (6,00%) e habitação (5,25%).

No mercado de trabalho, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) indicaram que a diferença entre as admissões e demissões de trabalho formal teve saldo positivo em 2020 de 142.690 postos. O setor indústria da construção teve o melhor desempenho, com a geração líquida de 112.174 empregos formais. Em contrapartida, o setor de serviços registrou o pior desempenho de 2020, com demissões superando admissões em 132.584 vagas.

### 4.2 Ambiente postal

Em meio à pandemia de Covid-19, os correios, no mundo, tiveram papel de destaque e seguiram operando como serviços essenciais, porém com grande esforço para a adoção de medidas sanitárias protetivas aos trabalhadores e clientes. Tais medidas visam proteção e reconhecimento da força de trabalho; compromisso e cuidado com o cliente; gestão dos produtos, serviços, capacidade operacional e produtiva; gestão operacional da crise e gestão dos impactos financeiros.

As instituições postais ainda continuam de prontidão na busca por inovações, sobretudo de processos, para que os cidadãos recebam as correspondências e bens com segurança e dentro de prazos adequados. Nesse cenário, destacam-se as parcerias, os novos serviços digitais e as iniciativas de vários correios do mundo em prol do meio ambiente e das micros, pequenas e médias empresas, para que elas sigam existindo e gerando empregos.

Os correios vêm sofrendo com a concorrência dos operadores de diversos formatos, novos e tradicionais, com concentração de atuação em áreas com maior rentabilidade no mercado de encomendas.

A pandemia de Covid-19 acelerou tendências de mercado nos Correios, ao ampliar a demanda por serviços de encomendas nacionais e internacionais, ao passo em que muitas empresas adiaram seus projetos de digitalização da comunicação e reduziram a procura por serviços de mensagens físicas.

### 4.3 Grandes números

Os Correios obtiveram lucro líquido de R\$ 1,53 bilhão, configurando-se como o melhor resultado alcançado nos últimos 10 anos, devido à racionalização de custos e à aplicação de políticas de benefícios a empregados, alinhada à legislação vigente e aos padrões de mercado, as quais propiciaram redução de 11% nos custos dos serviços prestados. Cita-se como fatores relevantes a adequação de benefícios relativos ao plano de saúde, a exemplo da paridade contributiva das despesas médicas (aplicada a partir de 2020) e a redução do efetivo de pessoal oriunda do Plano de Demissão Voluntária (PDV) aplicado em 2019.

O patamar de crescimento da receita de encomendas é mantido, atingindo-se um aumento de 9% em relação ao ano anterior, resultante principalmente da expansão do e-commerce. As receitas internacionais, obtidas por meio de serviços prestados a outros Correios mundiais, ultrapassaram o marco de R\$ 1,2 bilhão, nunca antes registrado no cenário de resultados da empresa.

Os ativos somaram R\$ 14,1 bilhões, impactados positivamente pelo acréscimo nos contratos de locação de bens móveis e imóveis firmados pelos Correios na figura de locatário, em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) "Arrendamento", pelo ganho a valor justo na avaliação das propriedades para investimentos, além da elevação dos saldos das contas internacionais, impulsionada pelo aquecimento das receitas desse nicho de negócio, aliado ao aumento na cotação do Direito Especial de Saque (DES), moeda utilizada nas transações com operadores postais no mundo.

As reduções do ativo em 2020, quando comparadas a 2019, foram provocadas, principalmente, pelo ajuste contábil por redução do valor recuperável (*impairment*) dos terrenos e prédios, bem como pelo desreconhecimento dos créditos tributários de PIS e COFINS (imunidade tributária), demonstrando consonância às boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

GRANDES NÚMEROS - R\$ MILHÕES	2019	2020	2019/2020
Receita Total	19.824	20.023	1,00%
Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços	19.105	17.964	-5,97%
Receita Líquida de Venda	18.356	17.249	-6,03%
Despesa Total	19.722	18.493	6,23%
Resultado Líquido	102	1.530	1.400,00%
Resultado Financeiro	(79)	156	297,47%

Patrimoniais - R\$ milhões	2019	2020	2019/2020
Ativo	14.334	14.091	-1,70%
Imobilizado	7.477	6.988	-6,54%
Patrimônio Líquido	147	950	546,26%

Infraestrutura e Rede	2019	2020	2019/2020
Unidades Operacionais	6.110	2.207	-63,9%
Edificações (próprias e alugadas)	7.603	7.503	-1,3%
Rede de Atendimento	11.210	11.542	2,96%
Frota Própria	23.422	24.022	2,56%

Fonte: ERP

Obs: a redução do número de unidades operacionais em 2020 decorreu, principalmente, da centralização das unidades de distribuição (UD), de 4.897 em 2019 para 978 em 2020. As UD são as unidades de distribuição que operam nas agências de Correios.

Perfil dos Empregados	2019	2020	2019/2020
Empregados (qtde)	99.443	98.092	-1,36%
Feminino	22.908	22.660	-1,08%
Masculino	76.535	75.432	-1,44%
Escolaridade (qtde)			
Ensino Fundamental Incompleto	601	590	-1,83%
Ensino Fundamental	1544	1501	-2,78%
Ensino Médio	65.293	63.989	-2,00%
Graduação	26.077	25.540	-2,06%
Pós-Graduação	5.652	6.174	9,24%
Mestrado	254	276	8,66%
Doutorado	22	22	0,00%
Rotatividade (%)	2,9	0,78	-73%

Fonte: CEGEP / Cadastro de Pessoal (Dez/2019 e Dez/2020)

Principais Benefícios ao Empregado - R\$ milhões	2019	2020	2019/2020
Planos de Saúde <sup>1</sup>	1.667	825	-50,51%
Previdência <sup>2</sup>	487	484	-0,62%
Pós-emprego (Previdência e Saúde) <sup>3</sup>	(111)	(1.042)	-838,74%
Outros Benefícios <sup>4</sup>	1.565	1.307	-16,49%

Fonte: Balancete Contábil

- 1 Despesas com saúde com ativos, aposentados e dependentes.
- 2 Contribuições patronais para o Postalís (planos BD e PostalPrev).
- 3 Provisão pós-emprego saúde e previdência (plano BD e PostalPrev).
- 4 Vale-refeição/alimentação, cesta, auxílio-creche.

### 4.4 Demonstrativo das variações da receita por segmento

Em 2020, embora o cenário de receitas sinalize a redução de 5,97% da receita bruta da venda de produtos e serviços, impactada pela retração do segmento mensagem, observa-se tendência positiva nos segmentos de encomendas e internacional com acréscimo de R\$ 822 milhões e R\$ 312 milhões, respectivamente, contribuindo com incremento de R\$ 1,1 bilhão nas receitas totais.

RECEITAS - R\$ MILHÕES	2019	2020	2019/2020	2019/2020
Receita bruta de vendas	19.105	17.964	-5,97%	-1.141
Encomenda	9.103	9.925	9,03%	822
Mensagem	7.360	5.508	-25,16%	-1.852
Internacional	921	1.233	33,88%	312
Marketing	485	432	-10,93%	-53
Malote	370	241	-34,86%	-129
Logística	430	336	-21,86%	-93
Conveniência	216	177	-18,06%	-39
Serviços financeiros	185	57	-69,19%	-128
Outros	35	55	57,14%	20

### 5 Investimentos

Os Correios realizaram investimentos no valor de R\$ 337,8 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e os de gestão do ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, conforme tabela a seguir:

INVESTIMENTOS R\$ MILHÕES	2019	2020	2020/2019 %
Modernização de veículos	172,7	140,73	-18,5%
Instalação de Agências Próprias	0,00	0,00	0%
Instalação de Unidades de Tratamento	34,5	55,98	62,3%
Instalação de Unidades de Distribuição	0,06	0,00	-100%
Instalação de Unidades de Logística	0,00	0,00	0%
Manutenção da Infraestrutura Operacional	101,8	63,12	-38%
Tecnologia da Informação (TI)	23,4	77,97	233,2%
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	<b>332,5</b>	<b>337,80</b>	<b>1,6%</b>

### 5.1 Transparência da gestão nas contratações e gestão de contratos

Para transparência da gestão nas contratações e gestão de contratos, as informações referentes às licitações e contratos estão disponíveis no Portal dos Correios, por meio do link: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1>. O Regulamento de Licitações e Contratações dos Correios pode ser acessado por intermédio do mesmo link.

O valor total contratado nos Correios foi de R\$ 6.946.972.177,12, sendo 90,05% por processo licitatório e 9,95% por contratações diretas (dispensa de licitação e inexigibilidade). Dos processos licitatórios, 89,58% foram realizados por meio de pregões eletrônicos. Destaca-se que, do total contratado, R\$ 2.012.209.692,57 são relativos às Atas de Registro de Preços. Os valores estão detalhados nas tabelas a seguir:

MODALIDADES	VALORES CONTRATADOS	PERCENTUAL	% POR MODALIDADE
Dispensa de Licitação Eletrônica	7.455.440,25	0,11%	
Dispensa de Licitação	521.557.182,48	7,55%	9,95%
Inexigibilidade de Licitação	162.354.064,06	2,34%	
Pregão Eletrônico	6.223.097.689,15	89,58%	90,05%
Licitação Correios Fechada	32.507.801,18	0,47%	
<b>TOTAL</b>	<b>6.946.972.177,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema ERP-Módulo de Contratação, relatório de Prazo de Contratação CSV (R58101DD).

TIPOS DE CONTRATO	VALORES	PERCENTUAL	% MODALIDADE
Autorização de Fornecimento	80.830.846,28	1,16%	
Termo de Contrato	4.319.762.742,41	62,18%	92,31%
Ata de Registro de Preços	2.012.209.692,57	28,97%	
Contrato de Locação	234.279.297,66	3,37%	7,69%
Termo de Adesão / Utilitários	299.889.598,20	4,32%	
<b>TOTAL</b>	<b>6.946.972.177,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema ERP-Módulo de Contratação, relatório de prazo de contratações - CSV (R58101DD\_ECT0005)

### 6 Gestão Corporativa

A gestão corporativa dos Correios é o conjunto de ações estratégicas que se utiliza do sistema de governança corporativa para alinhamento dos riscos financeiros, estruturais e humanos ao modelo de negócio da empresa e às expectativas das partes interessadas (*stakeholders*).

Não há gestão empresarial eficiente sem o suporte de uma boa governança corporativa, que propicia um processo decisório célere, seguro e transparente aos gestores da empresa.

#### 6.1 Governança corporativa dos Correios

Em 2020, as atividades de governança corporativa foram fundamentais perante os desafios enfrentados pela empresa durante a pandemia de Covid-19 para a prestação dos serviços postais considerados essenciais pela Medida Provisória nº 926/2020.

Instituiu-se um grupo central, formado pelos diretores de áreas e superintendentes executivos, para controle, no âmbito dos Correios, dos principais processos e coordenação das medidas de prevenção à Covid-19, com vistas a garantir a continuidade dos serviços, a segurança dos empregados, fornecedores e clientes e a manutenção da sustentabilidade financeira e operacional da empresa.

Teve início também o estabelecimento de uma nova estrutura organizacional e normativa, que vem possibilitando uma maior flexibilidade na tomada de decisão e a atualização dos processos organizacionais, assim como foram atualizados o Estatuto Social, aprovado na 19ª Assembleia Geral Extraordinária em 24/11/2020, e as políticas corporativas, em alinhamento às boas práticas de governança estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia.

A seguir destacam-se as principais ações realizadas visando o aperfeiçoamento da governança corporativa em 2020:

#### 6.1.1 Compliance e gestão de riscos

Fundamentado na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 8.420/2015, o Programa de Integridade dos Correios é operacionalizado por meio do Plano Anual de Compliance e Riscos (PACRI). Visando prevenir, detectar e corrigir situações de vulnerabilidade da empresa a riscos de fraude e corrupção, são utilizadas ferramentas como a mineração (*datamining*) e o cruzamento de informações de banco de dados corporativos para a geração de *dashboards* (painéis), que possibilitam o monitoramento contínuo das possíveis ocorrências de falhas.

Para fortalecimento transversal dos mecanismos de prevenção a fraudes, foi realizado o 2º Workshop de Riscos à Integridade e a capacitação de empregados nos cursos de ensino à distância (EAD) sobre as temáticas de *compliance*. Em 2020, foram elaboradas e divulgadas três políticas: de Consequências, de Divulgação de Informações Relevantes e de Transações com Partes Relacionadas.

Em consonância com a Lei nº 12.529/2011, foi implantado o Programa de Compliance Concorrencial, que contempla medidas e procedimentos de combate a condutas anticompetitivas por parte dos atores nas relações comerciais com a empresa.

A Gestão de Riscos Corporativa nos Correios não somente auxilia, mas norteia a tomada de decisão, contribuindo e tornando o ambiente mais seguro para a concretização dos objetivos estratégicos, a partir da identificação, análise dos riscos associados aos negócios e aos processos da empresa e da definição de mecanismos de controle para mitigá-los. Evidencia-se um aumento expressivo de 115% nos mapeamentos de riscos realizados pela empresa como reflexo da abrangência e participação das diversas áreas, do nível de maturidade dos gestores e do monitoramento pela alta administração.

#### 6.1.2 Controle interno

A avaliação dos controles internos pelos Correios consiste na execução de um plano de trabalho, denominado Plano Anual de Controle Interno (PACIN), previamente aprovado pela Diretoria Executiva. O plano é composto por critérios de priorização e de seleção de processos e unidades operacionais que serão avaliadas pelo órgão de controle interno.

No decorrer do exercício de 2020, foram realizadas avaliações de controle em 4.186 unidades operacionais e em três processos de gestão e suporte, sendo identificadas 31.388 não conformidades, das quais 17.694 (56,4%) foram regularizadas no decorrer do ano.

#### 6.1.3 Segurança empresarial

Com vistas a propiciar a continuidade do negócio dos Correios, em parceria com órgãos governamentais de segurança pública, é realizado o mapeamento das situações de perigo por meio da avaliação das vulnerabilidades e do monitoramento das ações para suas mitigações.

Como resultado, destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica entre os Correios e a Superintendência da Polícia Federal, que parametrizou a troca de informações entre os órgãos, notadamente sobre as retenções de objetos ilícitos no fluxo postal, em âmbito nacional ou com origem transnacional, bem como o tratamento de dados sobre furto e roubo praticados contra o patrimônio e contra os empregados dos Correios que, entre outras ações, contribuiu para a redução do roubo na distribuição e transferência (-41,9%), do roubo a agências (-54,7%) e do arrombamento de unidades (-50,5%).

A operação conjunta iniciada em 2019 entre Correios e Polícia Federal, denominada *"Inverted Jenny"*, desencadeou, em 2020, diversas ações para coibir, em nível nacional, a prática delitosa relativa à postagem com selos falsos, em que o prejuízo estimado é de R\$ 30 milhões. Outra importante operação deflagrada, denominada *"Postal Off II"* (segunda fase ocorrida em 2020), teve por objeto desarticular a organização criminoso que subfaturava valores devidos aos Correios e desviava grandes clientes do segmento de postagem, com estimativa de prejuízo ao patrimônio público de R\$ 94 milhões.

Em conjunto a órgãos fiscalizadores e de segurança pública foram executadas 390 operações. Desse total, 22 ações resultaram em prisões de empregados (próprios e terceirizados) e na prisão em flagrante, com a recuperação da carga, em 34 ocorrências de roubo a carteiro. Foram ainda realizadas mais de 276 entregas controladas pela Polícia Federal.

No combate ao tráfico de mercadorias proibidas por via postal, foram apreendidos 9.281 objetos com conteúdo proibido nos processos de fiscalização eletrônica, por meio de equipamentos de raios X, destacando-se cerca de 350 objetos com cédulas falsas; 872 objetos com drogas ilícitas; 151 objetos com animais vivos; 1.789 objetos de contrabando; 105 objetos com armas de fogo; 1.393 objetos com medicamentos e 368 objetos com plantas vivas. Foram retirados também do fluxo postal mais de 69 objetos com conteúdo perigoso ou inflamável, contribuindo para a manutenção da integridade dos meios de transporte nos diversos modais, principalmente o aéreo e o rodoviário.

Para reduzir os riscos de delitos contra as pessoas, o patrimônio e as operações dos Correios, foram realizadas diversas ações para modernizar e ampliar o parque de recursos de segurança, tais como equipamentos de raio-X; cofres; sistemas de CFTV; portais detectores de metais; sistemas de alarmes; serviços de vigilância; escolta armada; rastreamento e monitoramento de veículos. Em tais aquisições foram dispendidos mais de R\$ 23 milhões em investimentos e R\$ 100 milhões em custeio.

Entre as aquisições, destaca-se o investimento na modernização dos equipamentos de raio-X após 18 anos da última aquisição, com previsão de entrega de 59 novas máquinas no 1º trimestre de 2021; como também a realização de licitação para aquisição de sistema de controle de entrada e saída de pessoas, veículos, bens e objetos postais nas principais instalações dos Correios.

#### 6.1.4 Auditoria

Os Correios dispõem, conforme estabelece seu Estatuto Social, de Auditoria Interna (AUDIT), vinculada ao Conselho de Administração, com a atribuição de adicionar valor à organização e melhorar suas operações, por meio de avaliações de processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos e consultorias. Para tanto, é elaborado pela Auditoria o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), que considera os trabalhos:

I. relativos a obrigações normativas e contratuais, dentre os quais destacam-se: Postal Saúde (operacionalização da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados com a rede credenciada) e Postalís (Instituto de Previdência Complementar cujo objetivo é garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial);

II. de auditoria, selecionados por meio de análise dos riscos com maior probabilidade de ocorrência e impacto aos Correios; e

III. sugeridos pela alta gestão e pelos órgãos colegiados.

Em 2020, foram executados 38 trabalhos avaliativos, consoante ao previsto para o exercício, observadas as ações contingenciais necessárias para mitigação dos impactos oriundos da pandemia de Covid-19. O resultado consolidado é publicado anualmente nos Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna (RAINTs), disponíveis no endereço: [https://www.correios.com.br/acesso](https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna)

Na tabela abaixo é apresentado o total e o tipo de manifestações recebidas pela Ouvidoria dos Correios:

TIPO	2018	2019	2020
Reclamação	8.441	15.050	57.256
Solicitação	38.714	20.421	42.494
Denúncia	12.993	3.557	4.324
Sugestão	102	599	3.332
Elogio	38	398	5.628
<b>TOTAL</b>	<b>60.288</b>	<b>40.025</b>	<b>113.034</b>

Fonte: Sistema Fale Conosco – Ouvidoria

Em 2020, a Ouvidoria apresentou aumento de 182% na quantidade de manifestações recebidas. Além da quantidade de reclamações relacionadas aos objetos postais e solicitações, destaca-se o aumento da quantidade de elogios e sugestões que, anteriormente, eram recebidas pelos canais de primeiro nível de atendimento. Em 2020, foram recebidos 5.628 ante 398 elogios em 2019, registrando-se um aumento de 1.314%; já as sugestões recebidas foram 3.310 em 2020 ante 599 em 2019, equivalente a um aumento de 453%.

Fortemente impulsionada pelos efeitos da pandemia de Covid-19, em 2020 houve aumento significativo da circulação de objetos no fluxo postal. Esse crescimento influenciou diretamente no aumento da quantidade de manifestações recebidas. Outro fator que contribuiu para esse aumento foi a implantação pela empresa de medidas de prevenção à Covid-19, uma vez que, apesar dessas medidas visarem à segurança e à saúde das pessoas envolvidas, causaram também impactos, especialmente no atendimento e na operação, oriundas da redução de efetivo ou mesmo fechamento temporário de unidades, que sobrecarregaram a infraestrutura remanescente. Acrescenta-se, todavia, que a proporção de manifestações recebidas pela Ouvidoria representa menos de 0,003% do tráfego postal dos Correios.

A Ouvidoria também é responsável pela gestão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), como autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Na tabela seguinte é apresentado o quantitativo de pedidos de acesso, bem como dos recursos apresentados pelos cidadãos:

QUANTIDADE DE PEDIDOS E RECURSOS APRESENTADOS PELOS CIDADÃOS					
Período	Pedidos	Recursos ao chefe hierárquico	Recursos à autoridade máxima	Recursos à CGU	Recursos à CMRI
2018	5444	1047	262	124	30
2019	947	151	60	31	8
2020	915	116	45	30	1

Fonte: BRASIL. CGU. Painel Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://painel.cgu.gov.br/lai/index.htm>. Acesso em: 6 jan. 2021.

Os dados apresentados na tabela acima são fornecidos por sistemas geridos pela Controladoria-Geral da União (CGU). Com a migração do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), a partir de 31/08/2020, para a plataforma Fala.BR, os pedidos registrados no e-SIC que tiveram como tipo de resposta "Encaminhados para o e-OUV" deixaram de constar como pedidos de acesso à informação e foram considerados manifestações de ouvidoria. Em relação aos recursos, a data considerada no referido painel é a de resposta e, portanto, se um recurso recebido em 2019 foi respondido em 2020, esse será contabilizado em 2020.

Em relação à transparência ativa, que consiste na divulgação de dados na internet por iniciativa do próprio órgão/entidade ou por exigência legal, destacam-se a participação em levantamento proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para fiscalização sobre aderência dos portais na internet aos critérios legais e de boas práticas (Acórdão nº 1.890/2019-TCU-Plenário) e a publicação, no Portal Correios, dos dados nominais dos empregados públicos e membros estatutários ativos da empresa, de forma automatizada, disponibilizada no endereço: <https://lai.correios.com.br/app/index.php>. Adicionalmente, foi possível construir um acompanhamento para atestar a evolução dos Correios em relação ao cumprimento dos itens fiscalizados pela Controladoria-Geral da União (CGU).

#### EVOLUÇÃO DOS CORREIOS EM CUMPRIMENTO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

	11/02/2020	07/04/2020	17/09/2020	30/09/2020	30/10/2020	30/11/2020	04/01/2021
Cumprir	53,06%	63,27%	69,39%	75,56%	76,09%	78,72%	80,43%
Cumprir parcialmente	16,33%	4,08%	6,12%	6,67%	6,52%	6,38%	6,52%
Não cumprir	30,61%	32,65%	24,49%	17,78%	17,39%	14,89%	13,04%

Fonte: BRASIL. CGU. NUP 00190.101609/2019-23. Ofício Circular nº 77/2020-STPC-CGU (SEI 13206349).

Fonte: BRASIL. MC. ECT. NUP 53180.000721/2020-67. Relatório Técnico nº 14099565/2020/GINF-OUVID.

Fonte: BRASIL. CGU. Painel Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://painel.cgu.gov.br/lai/index.htm>.

Fonte: BRASIL. CGU. Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/sta/relatorios/relatorio/transparenciaativa.asp>

Mais informações podem ser consultadas nos relatórios de Ouvidoria disponíveis no endereço: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/relatorios/relatorios-de-ouvidoria>

#### 6.1.6 Relacionamento com o cliente

Para aprimoramento do relacionamento com os clientes, a Política Comercial dos Correios foi revisada em 2020 trazendo mudanças significativas, em especial a ampliação de benefícios e a adequação de contrapartidas, permitindo melhores ofertas de preços para aqueles clientes que utilizam mais os Correios, de acordo com o pacote de serviço contratado, estreitando a parceria e o relacionamento existente.

A seguir são destacados os principais canais de relacionamento com os clientes e os resultados obtidos em 2020:

I. Serviço Central de Atendimento dos Correios (SAC):

- Telefone: cerca de 28 milhões de ligações recebidas, cerca de 87 mil ligações no atendimento 24 horas, 7 dias na semana;
- Chat web (CAROL): 1,3 milhão de chats, com interações 24 horas, 7 dias na semana;
- CAC – Atendimento Especializado: suporte ao cliente com contrato para atendimento a demandas de TI e financeiras, incluindo a oferta de soluções para seus negócios.

II. Facebook, Instagram, Twitter: tratadas/respondidas mais de 342 mil interações.

III. Vendas à distância: prospecção de novos contratos de forma ativa e receptiva. Foram efetivados 3.790 novos contratos.

IV. Fale conosco: registrados 17,80 milhões de manifestações, com o início em 2020 do atendimento a clientes nos sites consumidor.gov.br e reclameaqui.com.br.

#### 6.2 Corregedoria

A Corregedoria é o órgão responsável pela gestão dos processos de natureza correcional dos Correios, competindo orientar e supervisionar todas as demais áreas da empresa, a fim de padronizar, normatizar e aprimorar procedimentos ligados à apuração de irregularidades cometidas tanto por empregados dos Correios, dentre outros agentes, como por pessoas jurídicas, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

Relativamente a fatos apurados segundo a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a Corregedoria recebeu para juízo de admissibilidade 27 processos, e concluiu 21 processos, além de ter instaurado investigação preliminar em 07 (sete) casos. Foram instaurados ainda 21 processos administrativos de responsabilização (PAR) e encaminhados 08 (oito) para julgamento.

Quanto aos processos administrativos de natureza correcional, foram instaurados 6.949 processos, sendo 4.456 Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e 2.493 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). No mesmo período foram encerrados 7.095 processos, sendo: 4.533 PAD's e 2.562 TACs.

Em alusão aos processos disciplinares, foram aplicadas 1.718 advertências, 1.510 suspensões disciplinares e 401 demissões por justa causa. No que tange a recuperação de ativos, tem-se os dados abaixo:

I. Julgamento 05 (cinco) processos de PAR com aplicação de multas no total de R\$ 26.983.934,76, sendo efetivamente recuperado o valor de R\$ 2.517.152,01.

II. Até dezembro/2020, o valor total a recuperar em decorrência das TCEs concluídas pela empresa, pendentes de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, incluindo as TCEs de anos anteriores, correspondeu a R\$ 390.929.542,40.

#### 6.3 Gestão dos recursos humanos

Em 2020, foram adotadas diversas ações para promover a adequação da força de trabalho, a meritocracia, o desempenho, e a qualificação do efetivo. O objetivo foi potencializar recursos e reduzir custos, considerando as novas tecnologias, as novas formas de negócios da empresa, os cenários de mercado e a estrutura organizacional. Dentre essas ações, destacam-se:

I. Educação corporativa: mais de 80 mil empregados participaram de ao menos uma ação de capacitação, compreendendo cerca de 1,5 milhão de participações em capacitações.

II. Gestão de Pessoas por Competência: implantação do Sistema de Gestão de Pessoas por Competências, que trouxe inovação para o processo de verificação e aferição dos requisitos de acesso às funções gerenciais e técnicas e, por conseguinte, maior transparência e visibilidade de critérios meritocráticos.

III. Emenda Constitucional nº 103/2019: aplicação de regras previdenciárias aos empregados dos Correios com rompimento do vínculo empregatício.

IV. Ponto eletrônico: iniciado procedimento de implantação corporativa do ponto eletrônico, que propiciará maior controle do cumprimento de jornada de trabalho dos empregados, contribuindo para os índices de produtividade e qualidade, em aderência à legislação trabalhista.

V. Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho - Medidas de Prevenção à Covid-19: para proteção da saúde dos empregados e dos clientes e para a continuidade da prestação de serviços à sociedade, foram elaboradas e adotadas normas de saúde baseadas nas orientações dos órgãos de saúde nacionais e estaduais adequadas à realidade dos Correios, que propiciaram a adoção de várias medidas emergenciais.

VI. Processo de seleção de Superintendentes Estaduais: desenvolvido para prover a seleção e o recrutamento, em nível nacional, de Superintendentes Estaduais, de forma transparente, em conformidade com os normativos e valores da empresa, vem fortalecendo, a cada ano, o repasse de conhecimento, consoante as boas práticas, e estimulando o autodesenvolvimento e a ampliação do desempenho do empregado no aspecto da gestão.

#### 6.4 Tecnologia

As soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC), implementadas em 2020, propiciaram a consolidação da Plataforma Digital Correios, que conecta os negócios (serviços e produtos) a quem os consome, permitindo máxima interatividade, muito além da simples relação de compra e venda. Em 2020, foram gastos cerca de R\$ 156 milhões de custeio para manter a atual infraestrutura e investidos R\$ 77,97 milhões em tecnologia da informação e, ainda, formalizados 28 processos de contratação visando ao aprimoramento da plataforma tecnológica que dá suporte aos negócios da empresa.

Com o objetivo de melhor atender às necessidades dos clientes da empresa, em conformidade com a transformação digital, a área de tecnologia desenvolveu diversas soluções, por meio de métodos ágeis, para as plataformas *desktop* e *mobile*. Dentre as soluções implementadas destacam-se: a reformulação do aplicativo Correios; o Sistema de Atendimento das Agências (Correios Atende); a emissão de selo 2D para postagens em lote; o pagamento de envios de intimações e outras comunicações por demandantes de processos judiciais (PROJUS); o Correios Fácil, que permite a assinatura pela internet de contrato por pequenas e médias empresas e, ainda, o Sistema de Atendimento de Terceiros (STER), que foi disponibilizado tempestivamente pelos Correios em resposta à situação imposta pela pandemia de CODIV-19, possibilitando o cadastro das pessoas na rede de atendimento para recebimento do auxílio emergencial.

Para facilitar a vida das pessoas, em um ano marcado pelas medidas adotadas pelo governo para enfrentamento da pandemia de CODIV-19, os Correios disponibilizaram os serviços de comunicação digital no aplicativo Correios, por meio do qual é possível receber, de forma centralizada e segura, boletins, contas e outros documentos.

Ressalta-se ainda o desenvolvimento do alicerce tecnológico de comunicação, que viabilizou a implantação dos *lockers* dos Correios, que propiciará aos clientes maior comodidade para o recebimento de suas encomendas. Ainda foi implantada a plataforma de Pré-Postagem para grandes clientes com contrato, que materializou um grande avanço tecnológico aos Correios ao propiciar o aprimoramento da gestão das etiquetas e a comunicação com as plataformas computacionais dos clientes.

Para propiciar a continuidade dos serviços essenciais dos Correios durante a pandemia, foi realizado planejamento emergencial para dar suporte ao trabalho remoto diante da pandemia, com destaque para disponibilização de acesso remoto seguro (VPN) a mais de 15 mil empregados, envolvendo mais de 6 mil conexões diárias, com pico de utilização de 3 mil simultâneas; ampliação do uso da ferramenta de colaboração MS *Skype for Business* e *Microsoft Teams*, com média de 600 conferências multiponto simultâneas por dia; ampliação dos links de internet dos *Data Centers* e disponibilização dos principais sistemas corporativos pela Internet.

#### 6.5 Infraestrutura postal

A infraestrutura postal está distribuída em 5.558 municípios do país (somando atendimento e distribuição), proporcionando acesso aos serviços postais. Para executar a movimentação diária de carga postal em todo o território nacional, nos modos aéreo e de superfície, os Correios contam com os seguintes recursos, entre outros: 9 linhas aéreas terceirizadas, 1.432 veículos terceirizados operando nas linhas de transporte nacional e regionais e 24.022 veículos próprios (caminhões, furgões e motocicletas).

Relativamente à distribuição postal, foi registrado o resultado acumulado de implantação da distribuição postal externa em 8.790 distritos, que representa 89,47% dos 9.824 distritos brasileiros com mais de 500 habitantes.

Os Correios vêm implantando adaptações ergonômicas em suas unidades de atendimento desde julho de 2007, quando foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta de Ergonomia (TCAC 038/2007) entre a empresa e o Ministério Público do Trabalho (MPT). No processo de tratamento, foi concluída, em dezembro/2020, a implantação nos centros operacionais dos equipamentos ergonômicos adquiridos para reduzir o esforço repetitivo, como mesas elevatórias hidráulicas e paletesiras pantográficas. O compromisso firmado também prevê a instalação de mobiliário ergonômico em todas as unidades da rede de atendimento, que foi concluída em 5.675 agências, estando pendentes apenas 349 unidades, não sendo computadas as agências temporariamente fechadas. No que se refere à acessibilidade, em abril de 2019 a empresa firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC Acessibilidade) com o Ministério Público Federal (MPF), por meio do qual comprometeu-se a adaptar a totalidade de suas unidades de atendimento existentes e em funcionamento para atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O compromisso firmado prevê metas anuais a serem cumpridas no período de 2019 a 2031, as quais incluem adaptações de infraestrutura predial, reserva de assentos preferenciais, capacitação de atendentes e adequação de postos de trabalho de empregados com deficiência. A meta estabelecida para 2020 foi de 218 unidades, o que equivale a 3,61% da rede de agências existentes. Registra-se que o quantitativo de agências em funcionamento apresenta flutuações no decorrer do ano, e que os serviços de adaptação de unidades em todo o Brasil sofreram impactos da pandemia de Covid-19 em 2020.

#### 6.6 Rede

##### 6.6.1 Unidades operacionais

Compõem a estrutura operacional 2.207 unidades especializadas nas atividades de gestão da frota, de tratamento de cartas e encomendas, de entrega, de embarque/desembarque da carga e de logística.

REDE OPERACIONAL	QUANTIDADE
Centro de Distribuição Domiciliária - CDD	979
Centro de Entrega de Encomendas - CEE	99
Centro de Transporte Operacional - CTO	46
Centro de Tratamento de Encomendas - CTE	7
Centro de Tratamento Cartas e Encomendas - CTCE	26
Centro de Tratamento de Cartas - CTC	6
Centro de Serviços Telemáticos - CST	3
Centro de Logística Integrada - CLI	49
Centro Tratamento de Correios Internacional - CEINT	3
Centro de Digitalização - CDIP	5
Terminal de Carga - TECA	6
Unidade de Distribuição – UD	978
<b>TOTAL</b>	<b>2.207</b>

Fonte: ERP

##### 6.6.2 Unidades de atendimento

A rede de atendimento dos serviços postais finalizou o exercício com 11.542 unidades de atendimento, conforme quadro a seguir, sendo 6.045 agências próprias (AC e CMD) e 5.497 terceirizadas (ACCI, AGC e AGF/ACF).

Algumas agências também realizam distribuição interna de objetos postais, em situações de impossibilidade da entrega externa em área com restrição de entrega; objetos a cobrar do destinatário e entrega de objetos internacionais, quando há necessidade de pagamento de tributos.

REDE DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Agência Correios – AC	6.044
Agência Correios Franqueada - AGF	993
Agência Correios Franqueada - ACF	4
Agência Correios Comunitária - AGC	4.388
Agência Correios Comercial Terceirizada - ACCI	112
Agência de Correios Modular - CMD	1
<b>TOTAL</b>	<b>11.542</b>

Por meio das 456 agências que possuem a coleta biométrica e que estão credenciadas no Instituto de Tecnologia da Informação (ITI) para certificação digital, os Correios oferecem a aquisição de certificado digital, tendo sido realizadas 57.717 emissões em 2020.

#### 6.7 Qualidade operacional

A qualidade operacional apresentou o resultado acumulado de 93,93% em relação à meta de 95,87%. A aferição é realizada, por meio do Índice de Entrega no Prazo (IEP), englobando os principais produtos dos segmentos mensagem, encomenda, logística nacional e internacional. Esse desempenho é considerado satisfatório em um contexto de calamidade pública e de crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. Manter a qualidade próxima a 94% (média anual aproximada) só foi possível diante do engajamento das equipes operacionais e da execução de um plano de contingência.

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
2017	91,52	89,94	89,12	90,10	84,47	89,99	88,01	88,97	88,76	84,62	88,72	88,10	88,53
2018	86,17	81,85	81,23	85,28	88,98	90,71	94,28	94,84	95,88	96,87	97,77	98,29	90,74
2019	97,74	97,64	97,89	97,98	98,07	99,37	98,24	98,44	94,52	97,04	97,67	97,69	97,37
2020	97,15	95,01	95,72	95,03	92,00	91,96	92,94	93,67	84,46	91,50	97,21	96,43	93,93

Fonte: MicroStrategy

#### 6.8 Reconhecimentos do exercício de 2020

I. Os Correios venceram, pelo segundo ano consecutivo, o *World Post & Parcel Awards*, prêmio internacional considerado o "Oscar" dos correios em todo o mundo. Nesta edição, a empresa recebeu o primeiro lugar nas categorias Crescimento Transfronteiriço, com o novo modelo de importação pelo portal "Minhas Importações", e Atendimento ao Cliente, com os serviços Compra Fora e Packet, lançados em 2019.

II. Os Correios receberam o reconhecimento internacional com o Prêmio AICEP 2020, na categoria Inovação, com a solução "Minhas Importações".

III. Os Correios receberam o título de "Empresa que Melhor se Comunica com Jornalistas", na categoria Logística e Transporte.

IV. Segundo a Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol), os Correios foram a empresa mais escolhida durante a *Black Friday* de 2020, sendo a opção de envio de 65% dos lojistas. Já de acordo com a plataforma Melhor Envio, os Correios foram a transportadora mais escolhida na Black Friday e na Cyber Monday, por 65% dos lojistas, sendo 49% com preferência para envios por Sedex, 43% por PAC e 8% por Mini Envios.

V. Os Correios foram premiados com o selo Bronze pelo *EMS Performance Awards* em virtude do excelente desempenho operacional em 2019. A premiação internacional é dada pela Cooperativa EMS (*Express Mail Service*) com o intuito de reconhecer os membros pela qualidade do serviço prestado. Para receber o selo, o Brasil alcançou o nível de performance operacional esperado de 90% no indicador de Resposta do Serviço ao Cliente e de 94% no indicador de entrega no Prazo e Transmissão da Informação no Prazo.

#### 7 Responsabilidade socioambiental

O compromisso empresarial dos Correios com as vertentes social, ambiental e econômica da sustentabilidade foi reafirmado diante do cenário de pandemia mundial ao adaptar os programas tradicionais e responder as demandas de governo na prestação de serviço essencial à população. Destacam-se as seguintes iniciativas:

I. **Campanha Papai Noel dos Correios:** pela primeira vez, devido à pandemia de Covid-19, a megaoperação logística de solidariedade natalina contou com a disponibilização de cartas e adoção via plataforma digital. Foram recebidas 208.690 cartas. Dessas, 101.064 foram selecionadas e 96.039 foram adotadas.

II. **EcoPostal:** doação de tecidos postais usados, como camisas de carteiro, a entidades sem fins lucrativos para reaproveitamento. Em 2020, os Correios aderiram ao esforço do Pátria Voluntária e Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos na fabricação de máscaras e outros objetos, doando 78 mil peças e beneficiando 17.387 pessoas das entidades contempladas.

III. **Gestão das emissões de CO2:** de acordo com levantamento de 2020, em 2019 houve uma redução de 46,87% nas emissões de gás carbônico pelos Correios, ante 2013 (ano base). Ao longo de seis anos, o equivalente a 614 mil toneladas de CO2 deixaram de ser emitidos.

IV. **Coleta Seletiva Solidária:** destinação adequada de resíduos sólidos recicláveis (papel/plástico/metal/vidro) dos Correios às associações/cooperativas de catadores. Em 2020, foram beneficiados 750 cooperados/associados, com a destinação à reciclagem de 1.528 toneladas de papel/papelão, 169 toneladas de plástico, 16 toneladas de metal e 210 quilos de vidro.

V. **Serviço essencial:** os Correios são o principal operador logístico em políticas públicas nacionais e, durante a pandemia, atuaram na prestação de serviços essenciais à sociedade. O transporte do vírus vivo entre instituições de pesquisa e o suporte aos pequenos, médios e grandes empreendimentos no *e-commerce* evidenciam o caráter essencial dos serviços prestados.

VI. **Programa Jovem Aprendiz:** inclusão social e qualificação profissional ofertados a 3.359 jovens em 2020.

VII. **Unidades culturais:** foram promovidos 52 projetos nas cinco unidades culturais dos Correios, por meio da autorização de uso de espaço, em vários segmentos como artes visuais, humanidades, música e artes cênicas.

VIII. **Compras sustentáveis:** nas aquisições de produtos e materiais estocáveis, confeccionados em papel/papelão (caixas de encomenda, envelopes, papel sulfite), os Correios exigem das contratadas a comprovação de certificação referente ao cumprimento de exigências ambientais (*FSC Forest Stewardship Council* ou similar).

#### 8 Perspectivas para 2021

As principais perspectivas para 2021 são apresentadas a seguir:

##### 8.1 Investimentos

Foi planejado pela Diretoria Executiva o valor de R\$ 639 milhões para investimentos e encaminhado para aprovação dos órgãos externos, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) n.º 14.144/2021, distribuído conforme detalhamento a seguir:

I. R\$ 49 milhões para ampliar a infraestrutura de tratamento, atendimento, distribuição e logística;

II. R\$ 145 milhões para ampliação/modernização da frota de veículos;

III. R\$ 201 milhões em ativos de informática, com foco na modernização das áreas fim e meio da empresa;

IV. R\$ 244 milhões na manutenção da infraestrutura de atendimento, tratamento, distribuição, logística e administrativa.

A previsão de investimentos dos Correios, vinculada aos objetivos estratégicos e aos negócios, considerou a aquisição de equipamentos operacionais para modernização/ampliação nas unidades de tratamento e distribuição. Além disso, prevê investimentos em tecnologia da informação, com foco na consolidação da Plataforma Digital Correios, atualização tecnológica e continuidade dos serviços de tecnologia que dão suporte aos processos de negócio dos Correios, renovação e ampliação da frota de veículos e, ainda, em automação do tratamento de objetos, com vistas a aumentar a eficiência e eficácia da capacidade operacional instalada.

##### 8.2 Plano Estratégico 2021/2025

Para propiciar o fortalecimento dos Correios no mercado, em alinhamento ao processo de atualização do Plano Estratégico para o ciclo 2021/2025, os desafios da empresa serão buscar a excelência e crescer nos mercados concorrenciais, de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira. Para tanto, estão previstas ações relacionadas a redução de custos; eficiência na execução de seus investimentos; priorização e otimização de negócios com retorno rápido e positivo; implementação de melhorias na jornada do cliente; redesenho de produtos, serviços e processos a partir das necessidades do mercado; inovação e transformação digital; entre outros.

##### 8.3 Governança Corporativa

Criação e implementação de painel de indicadores para aprimoramento da governança e, sobretudo, subsídio à tomada de decisão pela alta administração, de forma a contribuir para a profissionalização e eficiência da gestão; cumprimento da missão e função social da empresa, geração de valor ao longo do tempo, perenidade e sustentabilidade financeira.

##### 8.4 Gestão dos recursos humanos

I. Processo de credenciamento da Universidade Corporativa dos Correios no Ministério da Educação (MEC); perspectiva de qualificação para oferta de cursos de especialização aos empregados (presencial e à distância).

II. Perspectiva de implementação de Novo Modelo de Gestão de Carreiras e Novo Plano de Funções contendo elementos de modernização do modelo de carreira vigente.

III. Continuidade do processo de adequação da força de trabalho ao novo modelo operacional vigente, por meio da implantação nos Correios do método de dimensionamento administrativo.

IV. Implementação das ações do Plano de Transformação da Cultura Organizacional.

V. Ampliação do acervo da biblioteca da Universidade Corporativa dos Correios.

**8.5 Produtos e serviços**

I. Ampliação do ecossistema digital aplicado aos serviços de comunicação, de modo a ampliar a proposta de valor dos serviços e reforçar a utilização dos Correios como principal plataforma de comunicação formal integrada, conectando emissores, clientes e cidadãos.

II. Serviços de logística nacional: consolidação das ofertas dos serviços de coleta e entrega recentemente revisados, dentre as quais destaca-se o portfólio de coletas, SEDEX Hoje e o Correios Log+. Para este último, a revisão inclui a sua expansão para as principais cidades do Norte, Nordeste e Sul do país.

III. Serviços de logística internacional: expansão dos serviços de importação e exportação, com o lançamento do Importa Fácil + e do Exporta Fácil +. Esses serviços disponibilizarão aos clientes a experiência dos Correios em logística internacional ao facilitar o acesso de micro e pequenas empresas a outros regimes de importação e a operadores logísticos para exportações de objetos acima de 30kg. Além disso, os Correios pretendem continuar ofertando aos brasileiros serviços de importação com preços cada vez mais competitivos, com o lançamento da nova modalidade Mini do serviço Packet.

IV. Negócios de atendimento: modernização e diversificação do portfólio de serviços financeiros e de conveniência, provendo às empresas e aos órgãos públicos, um espaço multiserviço para relacionamento e transações multicanal com seus consumidores e usuários de serviços.

V. Rede de atendimento: ampliação do modelo de loja Correios Aqui Modular (CMD) e da rede de Locker. A melhoria no atendimento aos clientes inclui, ainda, a contratação da rede de Pontos de Coleta, novo canal de atendimento oriundo da parceria com empresas varejistas para a realização de atividades de captação de encomendas a faturar e/ou à vista, pagas previamente pela internet, e para a oferta aos usuários de suporte alternativo de endereço para recebimento de encomendas.

**9 Demonstrações contábeis**

Acesse as demonstrações contábeis e o Relatório Integrado (relatório de gestão, na forma de relato integrado) pelo link: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/processos-de-contas-aneis>

**FLORIANO PEIXOTO VIEIRA NETO**

Presidente dos Correios

**HEGLEHYSCHYNTON VALÉRIO MARÇAL**

Diretor de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças

**DANILO CEZAR AGUIAR DE SOUZA**

Diretor de Administração

**CELSO JOSÉ TIAGO**

Diretor de Governança

**ALEX DO NASCIMENTO**

Diretor de Negócios

**HERONIDES EUFRÁSIO FILHO**

Diretor de Gestão de Pessoas

**CARLOS HENRIQUE DE LUCA RIBEIRO**

Diretor de Operações

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2020**
**BALANÇO PATRIMONIAL**
**CNPJ 34.028.316/0001-03**

ATIVO	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO	PASSIVO	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Circulante		3.655.642	3.567.413	Circulante		4.276.674	4.587.220
Caixa e equivalentes de caixa	7	572.954	538.434	Fornecedores	16.1	989.353	996.343
Aplicações - VJORA	8	10.565	-	Salários e consignações	16.2	989.835	1.214.606
Contas a receber	9	2.785.516	2.585.221	Encargos sociais	16.3	243.878	249.105
Estoques	10	46.706	27.085	Impostos e contribuições	16.4	186.149	151.580
Outros valores e bens		239.901	260.843	Arrecadações e recebimentos	16.5	44.821	36.798
Convênio Postal Saúde	11.1	1.217	1.296	Adiantamentos de clientes	16.6	10.766	6.863
Adiantamento de pessoal	11.2	43.985	89.076	Contas internacionais	16.7	112.181	87.877
Impostos e encargos sociais a compensar	11.4	134.071	128.045	Precatórios	16.8	188.763	151.365
Cobrança jurídica/inadimplência	11.5	4.358	13.567	Empréstimos e financiamentos	16.9	266.107	181.694
Outros créditos	11.6	56.270	28.859	Receitas a apropriar	16.10	36.630	29.362
Ativos classificados como mantidos para venda - Imóveis	12	-	155.830	Benefício pós-emprego	16.13.1	508.939	474.819
Não circulante		10.435.075	10.768.072	Convênio Postal Saúde	16.11	158.305	547.637
Realizável a longo prazo		2.404.834	2.688.274	Obrigações trabalhistas	16.15	176.781	170.550
Aplicações	7	6.072	8.591	Arrendamento	14.1.1	310.414	241.098
Aplicações VJORA	8	-	11.493	Outros créditos	16.12	53.752	34.603
Tributos diferidos	19.1.1	887.363	466.370	Passivos associados a ativos mantidos para venda - Tributos diferidos	19.1.2	-	12.920
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	11.11	120.643	120.854	Não circulante		8.864.303	9.601.421
Tributos a compensar	11.12	1.286.042	1.974.278	Empréstimos e financiamentos	16.9	30.379	181.694
Convênio Postal Saúde	11.1	100.000	100.000	Benefício pós-emprego	16.13.1	5.727.784	6.650.803
Outros	11.13	4.714	6.688	Tributos diferidos	19.1.2	407.531	444.770
Investimentos		1.006.185	551.885	Precatórios	16.8	22.864	52.370
Propriedades para investimento	13.1	1.005.125	550.893	Obrigações trabalhistas	16.15	623.950	772.306
Museu	13.2	1.060	992	Arrendamento	14.1.1	1.406.936	1.099.482
Imobilizado	14	6.987.585	7.476.642	Provisões para contingências	16.14	643.024	395.753
Imóveis		3.850.529	4.775.478	Outros	16.16	1.835	4.243
Móveis		1.503.080	1.384.800	Patrimônio líquido		949.740	146.844
Arrendamento - imóveis e benfeitorias	14.1	1.631.917	1.316.364	Capital	17.1	3.382.514	3.382.514
Arrendamento - móveis	14.1	2.059	-	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	17.2	20.944	20.944
Intangível	15	36.471	51.271	Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	17.3	3.341.213	4.237.900
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.090.717</b>	<b>14.335.485</b>	Outros Resultados Abrangentes - ORA	17.4	(4.935.749)	(5.082.140)
				Prejuízos acumulados	17.5	(859.182)	(2.412.374)
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.090.717</b>	<b>14.335.485</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Receita líquida de vendas e serviços	18.1	17.249.050	18.356.077
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	18.2	(13.968.118)	(15.641.805)
Lucro bruto		3.280.932	2.714.272
Despesas com vendas/serviços	18.3	(239.292)	(122.887)
Despesas gerais e administrativas	18.4	(2.727.903)	(2.738.554)
Resultado de participação em controlada	18.5	-	(9.190)
Outras receitas operacionais	18.6	1.412.653	357.884
Outras despesas operacionais	18.7	(713.681)	(10.170)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.012.709	191.355
Receitas financeiras	18.8	665.758	387.517
Despesas financeiras	18.9	(510.229)	(466.619)
Resultado financeiro		155.529	(79.102)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.168.238	112.253
Tributos sobre o lucro	19	362.138	(10.132)
Correntes		(34.642)	(12.576)
Diferidos		396.780	2.444
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.530.376</b>	<b>102.121</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	31/12/20	31/12/19
Resultado líquido do período	1.530.376	102.121
Itens que não serão reclassificados para o resultado	146.391	6.337
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	(153.750)	2.244
CSLL diferida – pós-emprego	13.809	4.498
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	(29.192)	(405)
CSLL diferida - valor justo - investimentos	2.628	-
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	343.842	-
CSLL diferida - ganho - propriedades para investimento	(30.946)	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>1.676.767</b>	<b>108.458</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	CAPITAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES – ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL – AAP	TOTAL
<b>SALDO EM 31/12/18</b>	<b>3.222.700</b>	<b>180.758</b>	<b>(2.540.454)</b>	<b>(4.984.061)</b>	<b>4.375.771</b>	<b>254.714</b>
Capitalização de recurso	159.814	(159.814)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	102.121	-	-	102.121
Realização do custo atribuído	-	-	25.959	-	(25.959)	-
CSLL Diferida	-	-	-	-	2.049	2.049
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(125.232)	(125.232)
CSLL Diferida	-	-	-	-	11.271	11.271
Benefício pós-emprego	-	-	-	(104.416)	-	(104.416)
CSLL Diferida	-	-	-	2.244	-	2.244
Investimentos - VJORA	-	-	-	4.498	-	4.498
CSLL Diferida	-	-	-	(405)	-	(405)
<b>SALDO EM 31/12/19</b>	<b>3.382.514</b>	<b>20.944</b>	<b>(2.412.374)</b>	<b>(5.082.140)</b>	<b>4.237.900</b>	<b>146.844</b>
Resultado do exercício	-	-	1.530.376	-	-	1.530.376
Realização do custo atribuído	-	-	24.870	-	(24.870)	-
CSLL diferida	-	-	-	-	2.238	2.238
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(794.371)	(794.371)
CSLL diferida	-	-	-	-	71.488	71.488
Benefício pós-emprego	-	-	-	(153.750)	-	(153.750)
CSLL diferida	-	-	-	13.809	-	13.809
Investimentos - VJORA	-	-	-	(29.192)	-	(29.192)
CSLL diferida	-	-	-	2.628	-	2.628
<b>Adoção inicial – valor justo – propriedades para investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.054)</b>	<b>312.896</b>	<b>(151.172)</b>	<b>159.670</b>
Ganho	-	-	-	343.842	-	343.842
CSLL diferida	-	-	-	(30.946)	-	(30.946)
Perda	-	-	(2.257)	-	(166.123)	(168.380)
CSLL diferida	-	-	203	-	14.951	15.154
<b>SALDO EM 31/12/20</b>	<b>3.382.514</b>	<b>20.944</b>	<b>(859.182)</b>	<b>(4.935.749)</b>	<b>3.341.213</b>	<b>949.740</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Atividades operacionais		
<b>Lucro do período</b>	<b>1.530.376</b>	<b>102.121</b>
<b>Itens do resultado que não afetam o caixa</b>	<b>(672.018)</b>	<b>361.612</b>
Depreciação e amortização	442.259	483.795
Resultado de participação em controlada	-	9.190
Provisões	(1.079.446)	(13.334)
Despesas de variação patrimonial e perdas	50.170	15.165
Receita de variação patrimonial	(71.202)	(71.812)
Atualização de créditos tributários – imunidade e Banco Postal	(17.460)	(63.949)
Resultado da alienação de bens	3.661	2.557
<b>Mutações patrimoniais</b>	<b>(95.269)</b>	<b>(358.833)</b>
Contas a receber	(200.295)	(157.244)
Estoques	(19.621)	6.471
Outros valores e bens	92.143	125.903
Bens de direito de uso	154.983	118.235
Realizável a longo prazo	298.382	(59.392)
Fornecedores	(6.990)	27.762
Salários e consignações	(224.771)	(92.380)
Encargos sociais	(5.227)	(16.734)
Impostos e contribuições	34.569	(2.496)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI	(142.125)	(96.875)
Obrigações financeiras a pagar	-	(334.287)
Convênio Postal Saúde	(389.331)	166.683
Outras	313.014	(44.479)
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>	<b>763.089</b>	<b>104.900</b>
Atividades de investimento		
Recebimento de desinvestimento em controlada	-	24.568
Aplicações financeiras	(8.046)	315.706
Adições - ativo imobilizado	(317.287)	(319.113)
Adições - ativo intangível	(17.931)	(17.787)
Adições - propriedades para investimento	(913)	-
Adições - mantidos para venda	(243)	-
Baixas - ativo imobilizado	18.352	38.850
Baixas - propriedades para investimento	512	495
Baixas - mantidos para venda	1.768	1.998
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(323.788)</b>	<b>44.717</b>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	250.000	-
Empréstimos e financiamentos - Principal	(322.917)	(187.500)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(22.558)	(34.950)
Bens direito de uso - Principal	(208.489)	(150.072)
Bens direito de uso - Juros	(100.817)	(70.779)
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>	<b>(404.781)</b>	<b>(443.301)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>34.520</b>	<b>(293.684)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	538.434	832.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	572.954	538.434

**DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO**

	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
<b>I - Geração do valor adicionado</b>		
1 - Receitas	19.231.542	19.402.465
1.1 - Receitas operacionais	17.945.004	19.079.021
1.2 - Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(126.115)	(34.440)
1.3 - Outras receitas operacionais	1.412.653	357.884
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(6.060.427)	(5.493.840)
2.1 - Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.378.094)	(5.291.924)
2.2 - Serviços adquiridos de terceiros	(11.760)	(26.773)
2.3 - Provisões diversas	(670.573)	(175.143)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	13.171.115	13.908.625
4 - Retenções	(442.259)	(483.795)
4.1 - Depreciação/amortização	(442.259)	(483.795)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	12.728.856	13.424.830
6 - Valor adicionado recebido em transferência	665.758	378.327
6.1 - Resultado de participação em controlada	-	(9.190)
6.2 - Receitas financeiras	665.758	387.517
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>13.394.614</b>	<b>13.803.157</b>
<b>II - Distribuição do valor adicionado</b>		
7 - Pessoal	8.837.597	10.624.426
7.1 - Salários, honorários e benefícios	8.272.784	10.041.80

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício 2020

R\$ milhares

## NOTA - 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCom) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

## 1.1 - Pressupostos de continuidade

Em atenção ao que preconiza o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os Correios avaliaram a sua capacidade de continuar em operação em futuro previsível, concluindo que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto de continuidade.

Essa diretriz encontra respaldo nas medidas adotadas com foco, principalmente, na melhoria da qualidade operacional e no aprimoramento da utilização dos recursos, ações que contribuíram para a obtenção de lucros nos três últimos exercícios e para a redução dos prejuízos acumulados.

Importa destacar que a Estratégia Correios, para o período 2020-2024, foi estruturada de acordo com a classificação de estágio de maturidade de seus negócios e produtos, visando propiciar o progresso da Empresa com foco em rentabilidade, excelência e crescimento.

Com o objetivo de promover o crescimento sustentável da organização a Empresa está implementando uma série de Iniciativas Estratégicas – desdobradas da Estratégia Correios, buscando gerar resultados operacionais positivos, caixa para investimentos, melhoria de processos, receitas adicionais e redução de despesas.

As Iniciativas Estratégicas estão agrupadas em 6 (seis) Programas Estratégicos, conforme detalhado a seguir:

1. Crescimento e diversificação: ações de defesa do negócio comunicação, reposicionamento de Encomendas e Logística e viabilização de parcerias estratégicas;
2. Excelência operacional: ações voltadas ao aprimoramento de processos, tecnologia/automação e competências internas, abrangendo toda a cadeia de valor;
3. Integra Brasil: instrumento de integração e de coesão social do Governo Federal por meio da prestação de multiserviços públicos de interesse da sociedade;
4. Racionalização: ações voltadas para o aprimoramento da gestão de recursos, ganhos de eficiência e produtividade e visibilidade do desempenho;
5. Transformação tecnológica: ações voltadas para a modernização da arquitetura e serviços de TI, resultando no atendimento ágil das demandas internas e externas; e
6. Gestão de pessoas: Ações de adequação da força de trabalho às novas demandas internas, com foco no aumento da produtividade operacional e redimensionamento administrativo.

O atual estágio de implementação dessas ações permitiu que os Correios obtivessem resultados superiores aos alcançados no ano anterior, assegurando a liquidez da Empresa e garantindo a sua sustentabilidade econômico-financeira no período.

## 1.2 - Impactos causados pelo coronavírus (COVID-19)

Em janeiro de 2020, a China reportou os primeiros casos de pessoas que contrairam problemas respiratórios, causados por um novo vírus. A doença, denominada de COVID-19, rapidamente se espalhou pelo mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, uma pandemia global.

Em 20 de março de 2020, a Presidência da República editou a Medida Provisória 926 e o Decreto 10.282, com o objetivo de garantir a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento do novo coronavírus. O texto ratificou os serviços postais como essenciais e reforça ainda mais o compromisso dos Correios em contribuir com a minimização dos impactos da crise na saúde e na economia do país.

Em virtude da classificação dos serviços postais como essenciais, a Empresa possui a obrigação legal de manter as operações em meio à pandemia. Neste cenário, diversas alterações nos âmbitos comerciais e de operações foram realizadas, com o objetivo de manter a prestação dos serviços, preservando a segurança do empregado.

Dentre as medidas adotadas, podem ser citadas a aquisição de álcool em gel 70%, máscaras de pano e protetores de acrílico para os quichês, o reforço na higienização e limpeza das unidades, o afastamento compulsório dos trabalhadores do grupo de risco, liberação de empregados para o trabalho remoto, divisão das equipes em turnos de 6 (seis) horas, e suspensão de reuniões presenciais.

Para a área operacional, destacam-se: a eliminação da coleta de assinatura nos objetos registrados, o que faz com que o carteiro não tenha quase nenhum contato direto com o destinatário; além da possibilidade de realizar a entrega de objetos que cabem na caixa de correio, diretamente, ou em lugar seguro, caso o endereço de entrega possua, sem a coleta de assinatura ou presença do destinatário; e, entrega interna de objetos sem assinatura e sem contato com as pessoas.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## 2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade as disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas pela Empresa na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na [nota 3](#). Ressalta-se, no entanto, que este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais da ECT, no qual as propriedades para investimento são avaliadas pelo método de valor justo, em conformidade a política de avaliação incluída no CPC 28. A mudança facultativa do método de avaliação das propriedades para investimento visa a garantir uma apresentação mais apropriada das informações divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis, cujos efeitos desta nova política, são descritos na [nota 4](#).

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em 12 de maio de 2021, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterá-las, contudo, os Conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o real como moeda funcional para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são convertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

## 2.4 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis [nota 3](#).

## 2.5 - Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

- [Nota 3.3](#) – Contas a receber: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);
- [Nota 3.6.2](#) – Arrendamentos: estimativa utilizada na determinação da taxa incremental de empréstimos e julgamento se a Empresa tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação;
- [Nota 3.8.2](#) – Ativos não financeiros: Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- [Nota 3.11.2](#) – Tributos diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;
- [Nota 3.13.1](#) – Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- [Nota 3.15.2](#) – Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

## NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são consistentes com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores, exceto pela mudança no método de avaliação das propriedades para investimento para o método de valor justo a partir de 31 de dezembro de 2020, em conformidade a prática incentivada pelo pronunciamento técnico CPC 28.

A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

## 3.1 - Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

## 3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo caixa, pelos depósitos bancários e por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas no nível I da hierarquia do valor justo, cujas as variações são reconhecidas no resultado do exercício.

## 3.3 - Contas a receber

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações. As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Anualmente, a Empresa, com base no modelo de matriz de provisão, realiza a revisão dos percentuais esperados de perda considerando o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência são ajustados prospectivamente às variações do PIB e da inflação ocorrida no período. O modelo estabelecido pelo CPC 48 e adotado pelos Correios para o cálculo das perdas esperadas sobre os serviços faturados está evidenciado na [nota 9](#).

## 3.4 - Estoques

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

## 3.5 - Convênio Postal Saúde – Ativo/passivo

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

As despesas do plano CorreiosSaúde I com os pais dos empregados ativos e aposentados mantidos no plano, conforme dissídio coletivo dos Correios, são custeadas na proporção de 93% para a Empresa e 7% para o empregado e as despesas do CorreiosSaúde II são custeadas de forma paritária. Ressalta-se, que em conformidade ao disposto no art. 31 da Lei 9.656/1998, a partir de agosto de 2021, os aposentados que optarem pela manutenção do plano de saúde passarão a custear integralmente as despesas do plano.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde, são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

## 3.6 - Imobilizado

## 3.6.1 - Bens de propriedade dos Correios

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIAÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	3,4	29 anos
Demais equipamentos de processamento de dados	11,1	9 anos
Computador e impressora	12,5	8 anos
Máquinas e equipamentos	7,7	13 anos
Motocicletas	12,5	8 anos
Veículos leves – carga até 1.000 Kg	11,1	9 anos
Veículos leves – carga acima de 1.000 Kg	10,0	10 anos
Veículos motorizados pesados	9,09	11 anos
Veículos não motorizados	20,0	5 anos
Móveis e utensílios	7,1	14 anos
Ferramentas e instrumentos	20,0	5 anos
Smartphone	40,0	2,5 anos
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	7,2	13,8 anos

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

## 3.6.2 - Arrendamentos (bens direito de uso)

A partir de janeiro de 2019, em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), a Empresa, na figura de arrendatária, passou a reconhecer no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento em contrapartida ao passivo com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período.

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento

## 3.7 - Intangível

Os ativos intangíveis são representados por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação destes à estrutura organizacional da Empresa, até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os *softwares*, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Softwares, licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e possíveis valores residuais são revisados no encerramento de exercício para adequação, caso necessário, das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

## 3.8 - Avaliação ao valor recuperável de ativos

## 3.8.1 - Ativos financeiros

Para os ativos financeiros classificados em custo amortizado, anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das PECLD são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, essas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

## 3.8.2 - Ativos não financeiros

Anualmente a Empresa analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* nos imóveis classificados no imobilizado, visto que qualquer desvio na análise dos indicativos de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidênciação do valor recuperável dos imóveis.

Em complemento, a carteira mobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicativos de perdas garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

As perdas ou reversões de perdas apuradas no teste de *impairment* são constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, considerando a aplicação do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 2020 foi aplicado o teste de *impairment* para 1.469 imóveis do imobilizado, resultando nos valores apresentados a seguir:

	TOTAL
Valor justo	3.551.712
Contábil líquido	2.815.189
Perda estimada	(682.822)
Reversão de perda	15.661
Valor recuperável	2.148.028
Ganho <sup>1</sup>	1.419.345

<sup>1</sup> Por força da Lei 11.638/2017, o reconhecimento das expectativas de ganhos apurados sobre o ativo imobilizado é proibida no Brasil, considerando exclusão do método de reavaliação de bens.

## 3.9 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

## 3.10 - Obrigações com fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

### 3.11 - Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional. Destaca-se que as decisões do Trito são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do STF na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, reconhece no patrimônio direitos relativos a valores pagos indevidamente, em tempos pretéritos, a título de IRPJ, ao tempo em que solicitou no âmbito administrativo a restituição destes créditos. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento, previsto na legislação infraconstitucional, em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos, o pleito do indébito tributário é objeto de ação judicial.

Nesse contexto, desde o exercício de 2016 a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

A Receita Federal do Brasil (RFB), em abril de 2019, deferiu o direito aos Correios de se compensarem de ofício no valor atualizado de R\$ 299.382 referente aos 3 pedidos de restituição de IRPJ, julgados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cujos acórdãos foram proferidos favoráveis, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) –, sendo: Acórdão 1302003.203 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, Acórdão 1301003.443 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária e o Acórdão 1401002.727 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária. Quanto à compensação oportunizada, a Empresa realizou contraproposta e aguarda retorno da Receita Federal.

Restam pendentes de julgamento 10 pedidos de restituição de IRPJ, os quais representam o valor atualizado monetariamente de R\$ 685.389.

Quanto aos créditos de PIS e COFINS, estes encontram-se amparados por protesto judicial e são objeto de ação judicial, pendente de julgamento, para a qual em setembro/2020 já houve a indicação de assistente de perito.

Desde o reconhecimento dos créditos tributários nas demonstrações contábeis de 2016, a Administração dos Correios vem se manifestando pela manutenção destes registros, com base na classificação de êxito atribuída pela assessoria jurídica especializada ao pleito da imunidade, como "praticamente certo o provável ganho", aliado à atual jurisprudência favorável sobre o tema, incluindo decisões exaradas pelo CARF quanto aos Correios serem ente imune ao IRPJ.

Ocorre que, embora as contas dos exercícios 2016 e 2017 não apresentassem recomendação do Tribunal de Contas no sentido de desconhecer os créditos tributários, no julgamento das contas do ano de 2018, cujo resultado foi conhecido formalmente pelos Correios em outubro de 2020, o Tribunal recomendou que os créditos tributários que preencham os requisitos de ativo contingente, sob a ótica do Pronunciamento Técnico CPC25, não fossem reconhecidos nas demonstrações contábeis da Empresa, mas apenas divulgados em notas explicativas.

Nesse sentido, em decorrência de decisão de Diretoria, no exercício de 2020 os créditos tributários do PIS e COFINS foram desconhecidos em atendimento à Recomendação TCU do Acórdão 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

Por outro lado, entende-se como pertinente a manutenção dos créditos tributários de IRPJ no patrimônio dos Correios, pois o pleito dos pedidos de restituição trata do mesmo mérito, qual seja: cobrança indevida de IRPJ a ente imune a impostos e que as possibilidades de entrada de recursos relativos aos demais processos não julgados, é praticamente certa.

O quadro a seguir representa os efeitos no ativo e as movimentações ocorridas no resultado da Empresa que refletiram no patrimônio líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

MOVIMENTAÇÃO	RESULTADO				31/12/20
	31/12/19	COMPENSAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	REVERSAO	
Pedidos de restituição - IRPJ	971.105	(1.513)	15.178	-	984.770
Deferidos	296.362	(1.513)	4.532	-	299.389
Aguardando julgamento	674.743	-	10.646	-	685.389
Pedidos de restituição - PIS/COFINS	707.139	-	-	(707.139)	-
TOTAL	1.678.244	(1.513)	15.178	(707.139)	984.770

Os impactos no resultado de 2020 foram ocasionados devido à atualização monetária dos créditos tributários e ao desconhecimento dos direitos relativos ao PIS e a COFINS a recuperar.

Frisa-se que quando do desfecho da ação judicial, os valores recuperados em decorrência dos pagamentos indevidos de PIS e COFINS voltarão a ser reconhecidos no patrimônio ocasionando efeitos positivos.

### 3.11.1 - Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva, amparada no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal, deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017, sob o amparo da Empresa ser ente imune a impostos. Dessa forma, não consta divulgada a base de cálculo do IRPJ nas demonstrações contábeis.

### 3.11.2 - Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32.

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

O lucro tributável futuro estimado considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Essas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente. A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na [nota 19.1](#).

O ativo fiscal diferido de CSLL constituído será revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

### 3.12 - Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas à entrega no exterior por outros correios são objeto de acordos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando a Empresa envia uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro correio é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que, na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da Empresa, conforme [nota 2.2](#).

Considerando as peculiaridades dos serviços internacionais, as perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores a receber das administrações postais devedoras são constituídas pelo total dos valores vencidos a mais de três anos, acrescido, caso necessário, do saldo a receber em prazo inferior, cuja expectativa de recebimento da administração postal é baixa.

### 3.13 - Provisões e passivo contingente

#### 3.13.1 - Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na [nota 16.14](#).

#### 3.13.2 - Passivo contingente

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme [nota 16.14.2](#).

### 3.14 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.15 - Benefícios a empregados

#### 3.15.1 - Benefícios de curto prazo

As obrigações a pagar no período de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários, férias e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

#### 3.15.2 - Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da Empresa e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de assistência à saúde, pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Entre os planos de benefício pós-emprego ofertados aos empregados dos Correios existe o plano CV de previdência complementar, cuja constituição prevê uma parcela de contribuição definida e outra correspondente ao benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

Por outro lado, para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, em conjunto com o Plano BD e o Plano de Saúde que possuem esta mesma característica, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefício pós-emprego dependem de uma série de premissas, dentre as quais destacam-se:

- taxa de desconto - por envolver um arcabouço baseado em princípios e julgamentos, a taxa de desconto utilizada pelos Correios primeiramente observou o que dispõe o item 83 do CPC 33 (R1), quanto aos rendimentos de mercado, apurados na data de encerramento das demonstrações contábeis, para títulos ou obrigações de alta qualidade.

Os títulos corporativos são representados por debêntures, cuja pormenorização dos papéis, negociados em mercado ativo, adveio dos critérios de definição das características desse mercado, tais como: presença de produtos homogêneos, publicidade dos preços e a coexistência de compradores e vendedores. Ver [nota 16.13.7.1.1](#).

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - representa a variação do custo das operadoras de planos de saúde comparando dois períodos consecutivos, captando oscilações, tanto da frequência de utilização quanto do preço dos serviços de assistência médico-hospitalar.

- premissas demográficas - representadas, principalmente, pelas tábuas de mortalidade e pelas taxas de rotatividade dos beneficiários nos planos, são definidas com base nos testes de aderência apresentados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) revisados pelo atuário responsável pela mensuração da obrigação de benefício pós-emprego.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

O *superavit* apurado no Postalprev não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificados para o ORA no patrimônio líquido.

### 3.15.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em novembro de 2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada (PDI), no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa um Incentivo Financeiro Diferido (IFD) a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos cinco anos trabalhados, limitado a R\$ 10 mil, sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada doze meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto reduzindo-se os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A Empresa reconheceu toda a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017 como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente, em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

### 3.16 - Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

O custo atribuído e os tributos diferidos são realizados, trimestralmente, em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, as perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído.

### 3.17 - Receita de vendas e prestação de serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

### NOTA 4 - MUDANÇAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela mudança facultativa no método de avaliação das propriedades para investimento para o método de valor justo.

A natureza e o impacto da alteração dessa política nas demonstrações contábeis são apresentados nos tópicos a seguir:

#### 4.1 - Propriedades para investimento

A partir de 31 de dezembro de 2020, em observância às características das propriedades para investimento de obtenção de renda e valorização do capital, e, com vistas a garantir uma apresentação mais apropriada das informações divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis, a Empresa alterou o método de avaliação das propriedades para investimento, de modo que os imóveis antes avaliados pelo método de custo, passam a serem reconhecidos pelo seu valor justo, em conformidade a prática incentivada pelo pronunciamento técnico CPC 28.

Cabe ressaltar que em 2014, quando da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por manter as propriedades para investimento avaliadas pelo método de custo. Tal decisão deveu-se a falta de expertise sobre o tema e a fragilidade nos controles da carteira imobiliária.

Nessa linha, considerando a mudança significativa do cenário atual em relação ao da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, estudos foram realizados para avaliar qual o método de avaliação mais adequado para a evidência das propriedades para investimento dos Correios. Dessa forma, considerando os significativos ganhos na qualidade da informação a ser divulgada, o novo método de avaliação possibilitou que as demonstrações contábeis de 2020 apresentem as propriedades para investimento a valor justo.

Todavia, conforme disciplina os itens 50 a 53 do CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM nº 592/2009, que trata de procedimentos a serem observados em caso de mudança de política, a Empresa ficou impossibilitada de apresentar os efeitos da mudança do método de avaliação das propriedades para investimento avaliadas a valor justo de forma retrospectiva, devido dificuldades enfrentadas pelas Empresas contratadas para promover a totalidade da avaliação da carteira imobiliária dos Correios no exercício de 2019.

Nesse contexto, a reapresentação retrospectiva do valor justo dos imóveis tornou-se impraticável visto que do total de imóveis mantidos como propriedades para investimento à época, somente 53 laudos foram entregues com base no valor justo apurado em 2019.

#### 4.1.1 - Efeitos da mudança de política

Em conformidade a política anterior de avaliação das propriedades para investimento pelo método de custo, a Empresa mantém os imóveis evidenciados pelo valor recuperável do bem, o que implicava no reconhecimento mensal da despesa de depreciação do imóvel, bem como na aplicação de eventuais testes de *impairment*, sempre que houvesse indicativos de constituição ou reversão de estimativas perdas. Ressalta-se que com a aplicação do método de custo, a Empresa estava impedida de aumentar o valor do imóvel em montante superior às reversões de possíveis perdas já reconhecidas, devido a reavaliação ser prática proibida no Brasil, conforme disposto na Lei 11.638/2007.

Além disso, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/2009, considerando que as propriedades para investimento eram avaliadas pelo método de custo, quando um imóvel atendia a todos os critérios estabelecidos por este pronunciamento, obrigatoriamente, este era reclassificado para "ativos mantidos para venda" cessando-se o reconhecimento da despesa de depreciação, mas mantendo o bem registrado pelo seu valor recuperável, por meio da aplicação de testes de *impairment*, caso necessário.

Para adoção inicial da nova política, a Empresa reclassificou para propriedades para investimento todos os imóveis reconhecidos anteriormente, como "ativos mantidos para venda" e revisitou a situação de ocupação de toda a carteira imobiliária, de modo a garantir que as propriedades para investimento registrem todos os imóveis que não estejam em uso pela Empresa ou que uma parte insignificante do imóvel esteja mantida para uso na produção, fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

A adoção da política de avaliação das propriedades para investimento a valor justo, diverge da política de avaliação pelo método de custo, quando possibilita o reconhecimento da totalidade dos ganhos estimados com base no valor justo estabelecido nos laudos de avaliação do imóvel, não sendo mais aplicável o reconhecimento das despesas de depreciação. Para as estimativas de perda, a nova política de avaliação das propriedades para investimento não ocasiona alteração em relação aos impactos no reconhecimento desta estimativa, mudando-se, unicamente, a denominação dada ao evento, de perda ao valor recuperável para perda a valor justo.

Importa esclarecer que em virtude do cenário estabelecido pela pandemia, desde março de 2020, a avaliação da totalidade da carteira imobiliária restou prejudicada, principalmente, em relação aos imóveis situados na região norte, o que impossibilitou na entrega de 41 laudos que seriam utilizados na mensuração do valor justo.

#### 4.1.2 - Impactos nas demonstrações contábeis

A aplicação da nova política para propriedades para investimento evidenciará os imóveis a valor justo, sendo as variações de ganhos e perdas lançadas obrigatoriamente no resultado do exercício. Por se tratar de adoção inicial desta política, utilizou-se por analogia, a conjugação dos itens 62 e 84E do CPC 28, os quais orientam que os ajustes a serem reconhecidos no resultado, na data da aplicação inicial deverão ser lançados como ajuste em lucros acumulados.

Contudo, os imóveis anteriormente ajustados pelo custo atribuído, quando da adoção inicial das normas internacionais, terão os efeitos das perdas constituídas ou revertidas registrados em contrapartida aos ajustes de avaliação patrimonial.

Quanto aos ganhos remanescentes, após a reversão das perdas anteriormente constituídas, o ajuste deve ser realizado no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, como parte dos outros resultados abrangentes.

Por fim, na alienação subsequente dos imóveis classificados em propriedades para investimento, os efeitos que impactaram o patrimônio líquido no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, quando da adoção inicial, deverão ser transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

O quadro a seguir demonstra os efeitos advindos da adoção inicial da política de avaliação de propriedades para investimento pelo método de valor justo sobre 324 imóveis:

ADOÇÃO INICIAL - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2020
Ativo	175.061
Ganho - valor justo	343.842
Perda - valor justo	(184.738)
Reversão de perda	15.957
Patrimônio Líquido	175.462
Custo atribuído	(166.123)
Outros Resultados Abrangentes	343.842
Apuração de resultado	(2.257)

### NOTA 5 - GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação das políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos. O conselho é continuamente informado sobre a gestão de riscos praticada por meio de relatórios periódicos e apresentações de temas específicos.

A política corporativa de gestão de riscos, aprovada pelo CA, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

O Comitê de Auditoria atua como órgão de suporte ao CA quanto a avaliação e monitoramento de exposições a riscos.

#### 5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição:

Risco	Exposição	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	- Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro	- Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central
Risco de crédito	- Fundos de Investimento - Contas a receber de clientes	- Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i> - Monitoramento da qualidade de crédito por cliente
Risco de liquidez	- Fundos de Investimento - Obrigações futuras - Fundos de Investimento	- Política de crédito e análise dos emissores dos títulos - Monitoramento das previsões de fluxo de caixa

## 5.2 - Risco de mercado

É o risco ao qual os Correios estão expostos devido às oscilações nas taxas de juros, o que pode comprometer os ganhos da Empresa.

### 5.2.1 - Taxa de juros

Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descausamento. Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. A Empresa recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao benchmarking.

O detalhamento das aplicações financeiras está contido nas [notas 7.3 e 7.4](#).

O risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário, empréstimo para capital de giro feito com o Banco do Brasil em dezembro de 2016, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do CDI. Diante disso, os Correios mantêm controle das parcelas futuras de acordo com a projeção de taxas de juros do Banco Central do Brasil, gerando uma previsão dos pagamentos futuros.

A cédula de crédito bancário, detalhada na [nota 16.9](#), é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

### 5.3 - Risco de crédito

É o risco ao qual a Empresa está exposta caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com as obrigações contratuais, ocasionando possíveis perdas financeiras para a Empresa.

As ações adotadas pela Empresa para mitigar estes riscos são apresentadas a seguir:

#### 5.3.1 - Risco de crédito – contas a receber de clientes

A Empresa definiu políticas voltadas para os processos de concessão de crédito a clientes, faturamento e cobrança.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam o perfil do cliente levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além disso, o limite de crédito de cliente com contrato comercial é monitorado periodicamente, levando em consideração o consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reativação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Ressalta-se que a expectativa de perda na deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas quando da execução das contas a receber de clientes, conforme [nota 9](#).

#### 5.3.2 - Risco de crédito – fundos de investimento

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

### 5.4 - Risco de liquidez

É representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou com outros ativos financeiros suficientes para honrar as obrigações a pagar nas datas previstas.

Para minimizar esse risco, os Correios realizam a previsão de curto e longo prazo do fluxo de caixa e monitoram diariamente a liquidez da Empresa visando assegurar que ela tenha recurso suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em títulos públicos que apresentem os melhores índices de negociabilidade do mercado, com vencimentos e liquidez apropriados. As previsões de fluxo de caixa são encaminhadas às instituições financeiras gestoras dos fundos de investimento permitindo que efetuem planejamentos de operações de compra e venda de títulos.

## NOTA 6 - RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES

### 6.1 - Impacto da reclassificação de itens do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Ativo não circulante		10.668.072	100.000	10.768.072
Realizável a longo prazo		2.588.274	100.000	2.688.274
Convênio Postal Saúde	6.1.1	-	100.000	100.000
Passivo circulante		4.685.074	(97.854)	4.587.220
Encargos	6.1.2	216.616	32.489	249.105
Postais (PostalPrev) - empregador		31.015	498	31.513
Postais (BD) - empregador		11.086	31.991	43.077
Convênio Postal Saúde		360.055	187.582	547.637
Convênio CorreiosSaúde	6.1.1, 6.1.2	338.260	187.582	525.842
Apropriações por competência - patrocinadas/mantidas	6.1.2	120.071	(120.071)	-
Convênio CorreiosSaúde	6.1.1	87.582	(87.582)	-
Postais (PostalPrev) - empregador	6.1.2	498	(498)	-
Postais (BD) - empregador	6.1.2	31.991	(31.991)	-
Arrendamento	6.1.3	438.952	(197.854)	241.098
Passivo não circulante		9.403.567	197.854	9.601.421
Arrendamento	6.1.3	901.628	197.854	1.099.482

#### 6.1.1 - Convênio Postal Saúde

Considerando a possibilidade de retorno aos cofres dos Correios do valor repassado à Postal Saúde para garantir as provisões de eventos e sinistros a liquidar, o valor de R\$ 100.000 fica melhor representado como um direito a receber da Empresa.

#### 6.1.2 - Apropriações por competência – patrocinadas/mantidas

Consolidação dos valores devidos ao Postais - referentes aos planos BD e PostalPrev no grupo encargos e à Postal Saúde no grupo "Convênio CorreiosSaúde" no passivo.

#### 6.1.3 - Arrendamento

Com o objetivo de melhor representar a obrigação no passivo circulante, foi realizada a movimentação para o passivo não circulante das parcelas cujo vencimento era superior a 12 meses.

### 6.2 - Impacto da reclassificação de itens da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(15.635.870)	(5.935)	(15.641.805)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	6.2.1	(1.006.539)	(5.935)	(1.012.474)
Despesas com vendas e serviços		(118.865)	(4.022)	(122.887)
Perdas	6.2.1	631	(4.022)	(3.389)
Despesas Gerais e administrativas		(2.525.594)	(212.960)	(2.738.554)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	6.2.1	(8.053)	5.935	(2.118)
Perdas	6.2.1	(15.796)	4.022	(11.776)
Provisões de perdas	6.2.2	(6.456)	(23.902)	(30.358)
Pós emprego	6.2.2	110.691	(148.072)	(37.381)
Contingências	6.2.2	(58.741)	(50.943)	(109.684)
Outras receitas		134.967	222.917	357.884
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	6.2.2	-	18.601	18.601
Reversão - <i>Impairment</i>		-	5.301	5.301
Reversão - Provisão de Benefício Pós-Emprego	6.2.2	-	148.072	148.072
Reversão - Provisões para contingências	6.2.2	-	50.943	50.943

#### 6.2.1 - Serviços de pessoas físicas e jurídicas e perdas

Realocação de despesas entre custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e serviços e despesas gerais e administrativas, de acordo com a finalidade/utilização.

#### 6.2.2 - Reversão de perdas

Movimentação do excesso de reversão de provisão registrada no exercício, por tipo de despesa, de "despesas gerais e administrativas" para "outras receitas".

### NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/20	31/12/19
Caixa	4.529	4.098
Bancos	7.289	7.348
Aplicações	561.136	526.988
TOTAL	572.954	538.434

#### 7.1 - Caixa

O caixa, no valor de R\$ 4.529, está distribuído de forma heterogênea nas unidades de atendimento presentes nos Estados da Federação.

#### 7.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias.

#### 7.3 - Aplicações

De acordo com a Resolução 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as Empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituições integrantes do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subsídios do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic.

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2025, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado (VJPR).

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

Ressalta-se que, desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantia de cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora e a mantenedora (Correios). O quadro a seguir demonstra a composição do lastro das operações da Mantida:

LASTRO - CORREIOSAÚDE	31/12/20	31/12/19
Total das provisões técnicas a lastrear	(204.645)	(560.003)
Aplicação vinculada - ANS	161.786	158.378
Montante garantido por recursos dos Correios	42.859	401.625

### 7.4 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES – 31/12/20						TOTAL
	NTN-B	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO		
2020	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136	
Ativo circulante	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136	
2022	-	367	-	-	-	367	
2023	-	4.098	-	-	-	4.098	
2024	-	241	-	-	-	241	
2025	-	1.366	-	-	-	1.366	
Ativo não circulante	-	6.072	-	-	-	6.072	
TOTAL	3.970	562.959	841	(552)	(10)	567.208	

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES – 31/12/19						TOTAL
	NTN-B	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO		
2020	-	525.735	1.698	(433)	(12)	526.988	
Ativo circulante	-	525.735	1.698	(433)	(12)	526.988	
2021	3.959	-	-	-	-	3.959	
2022	431	-	-	-	-	431	
2023	4.003	-	-	-	-	4.003	
2024	198	-	-	-	-	198	
Ativo não circulante	8.591	-	-	-	-	8.591	
TOTAL	8.591	525.735	1.698	(433)	(12)	535.579	

APLICAÇÕES	31/12/20	31/12/19
Aplicações - circulante	561.136	526.988
Aplicações - não circulante	6.072	8.591
TOTAL	567.208	535.579

### NOTA 8 - APLICAÇÕES - VJORA

#### 8.1 - Aplicações – VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR)

APLICAÇÕES - VJORA	31/12/20	31/12/19
Circulante	10.565	-
Ações	9.597	-
FINAM/FINOR	968	-
Não circulante	-	11.493
Ações	-	10.816
FINAM/FINOR	-	677
TOTAL	10.565	11.493

### NOTA 9 - CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD. O acréscimo nos valores a receber de 2020 em relação a 2019 deve-se, principalmente, aos débitos internacionais devido à crescente alta do DES em função da alta do dólar no período, ocasionada, principalmente, pela pandemia do novo coronavírus.

CONTAS A RECEBER	31/12/20	31/12/19
Serviços faturados	1.296.407	1.482.373
Contas internacionais	1.243.033	883.209
Serviços a faturar	129.423	114.479
Agências terceirizadas	64.784	63.341
Cartões de crédito	51.834	41.573
Outros valores a receber de clientes	35	246
TOTAL	2.785.516	2.585.221

O detalhamento dos serviços faturados, por período de vencimento e a vencer, e o total da PECLD apurada estão apresentados a seguir:

SERVIÇOS FATURADOS POR FAIXA DE VENCIMENTO	31/12/20	31/12/19
A – A vencer	1.230.727	1.398.153
B – Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	45.207
C – Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	10.777
D – Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	5.721
E – Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	10.323
F – Vencidos há mais de 180 dias	32.622	23.812
Total a receber	1.316.314	1.493.993
PECLD total	(19.907)	(11.620)
TOTAL	1.296.407	1.482.373

O acréscimo nas estimativas de perda dos serviços faturados deve-se à revisão anual dos percentuais cujos acréscimos foram motivados pelas alterações no ambiente econômico gerados pela COVID-19.

### 9.1 - Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

PERÍODO	PECLD – 31/12/20		
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PERDA ESPERADA
A – A vencer	1.230.727	0,10%	(1.231)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	1,60%	(551)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	4,10%	(346)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	3,60%	(123)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	7,90%	(529)
F – Vencidos há mais de 180 dias	32.622	52,50%	(17.127)
TOTAL	1.316.314		(19.907)

O acréscimo nas estimativas de perda dos serviços faturados deve-se à revisão anual dos percentuais cujos acréscimos foram motivados pelas alterações no ambiente econômico gerados pela COVID-19.

PERÍODO	PECLD – 31/12/19		
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PERDA ESPERADA
A – A vencer	1.398.153	0,2%	(2.796)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	45.207	0,8%	(362)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	10.777	5,4%	(582)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	5.721	6,0%	(343)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	10.323	7,5%	(774)
F – Vencidos há mais de 180 dias	23.812	28,4%	(6.763)
G – Recuperação judicial	-	100,0%	-
TOTAL	1.493.993		(11.620)

A PECLD é composta pelas parcelas de perda dedutível (Lei nº 9.430/1996) e perda não dedutível cuja movimentação/conciliação é apresentada no quadro abaixo:

CONCILIAÇÃO - PECLD DE SERVIÇOS FATURADOS	31/12/20	31/12/19
	A – Perda total no início do período	(11.620)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro	-	(6)
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	(11.620)	(12.592)
D – Adições	(8.287)	(2.198)
E – Baixas	-	3.170
F – Perda não dedutível no final do período	(19.907)	(11.620)
G – Perda dedutível no final do período	-	-
TOTAL	(19.907)	(11.620)

Para fins fiscais, o excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real para o cômputo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

### NOTA 10 - ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/20	31/12/19
Material para consumo	31.687	18.252
Material para revenda/almoxxarifados	16.422	12.153
Material em consignação	563	564
Perdas com estoque	(1.966)	(3.884)
TOTAL	46.706	27.085

### NOTA 11 - OUTROS VALORES E BENS

#### 11.1 - Convênio Postal Saúde

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/20	31/12/19
Circulante	1.217	1.296
Empregados liberados	818	920
Concessão de uso de		

### 11.5 - Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	31/12/20	31/12/19
Faturas em cobrança jurídica	2.590	10.709
Acordos jurídicos - REFIS	1.143	2.278
Inadimplentes - AGF/ACC	604	580
Débitos de empregados em cobrança jurídica	21	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.358</b>	<b>13.567</b>

#### 11.5.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 2.590 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	31/12/20	31/12/19
Faturas em cobrança jurídica	174.198	163.406
(-) PECLD	(171.608)	(152.697)
<b>TOTAL</b>	<b>2.590</b>	<b>10.709</b>

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica é revisado anualmente com base na relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas, bem como ao valor dos acordos judiciais e extrajudiciais firmados e pagos nos últimos 12 meses.

CONCILIAÇÃO DA PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	CONTROLADORA			
	PERCENTUAL	31/12/20	PERCENTUAL	31/12/19
Perdas não dedutíveis – saldo remanescente	98,1%	(137.939)	92,7%	(128.432)
Perdas não dedutíveis – recuperação judicial	100,0%	(17.466)	100,0%	(15.695)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(16.203)	100,0%	(8.570)
<b>TOTAL</b>		<b>(171.608)</b>		<b>(152.697)</b>

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO		31/12/20	31/12/19
A – Perda total no início do período		(152.697)	(137.301)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		8.570	24.416
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A+B	(144.127)	(112.885)
D – Adições		(11.278)	(31.242)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível do final do período	C+D+E	(155.405)	(144.127)
G – Perda dedutível no final do período		(16.203)	(8.570)
<b>TOTAL</b>	<b>F+G</b>	<b>(171.608)</b>	<b>(152.697)</b>

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

#### 11.5.2 - Acordos jurídicos – REFIS

Corresponde aos valores decorrentes do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT – REFIS Postal), instituído em 2018, com o objetivo de renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa cujos valores atualizados até 6 de abril de 2017 não ultrapassassem a quantia de R\$ 5.000.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a abertura do REFIS Postal 2, com o mesmo objeto da primeira edição do programa, mas sem a limitação de valor imposta anteriormente.

#### 11.6 - Outros créditos

OUTROS CRÉDITOS	31/12/20	31/12/19
Débitos de terceiros	20.002	10.100
Float bancário – faturamento	13.839	6.612
Débitos de empregados	10.470	4.326
Bens sucateados	8.260	3.435
Parcelamento de multa de fornecedores	2.076	1.779
Débitos de empregados - agência	1.043	603
Vale postal internacional – importação e outros	280	201
Coupons – réponse trocados	192	157
Saque de conta virtual	94	56
Venda de imóveis funcionais	13	-
Débitos de empregados – em regularização	1	1.590
<b>TOTAL</b>	<b>56.270</b>	<b>28.859</b>

#### 11.7 - Débitos de terceiros

Refere-se, principalmente, às multas aplicadas aos fornecedores. O acréscimo no saldo é reflexo do aumento das multas aplicadas no período e da queda estimativa de perda sobre esses ativos.

#### 11.8 - Float bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

#### 11.9 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de portaria para desconto em folha de pagamento.

#### 11.10 - Bens sucateados

Refere-se a bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

#### 11.11 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/20	31/12/19
Depósitos recursais administrativos	73.494	71.028
Depósitos judiciais	21.524	22.276
Depósitos recursais	17.500	17.014
Penhora de numerários	15.679	13.036
(-) Créditos a regularizar	(7.554)	(2.500)
<b>TOTAL</b>	<b>120.643</b>	<b>120.854</b>

O valor de R\$ 73.494 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 21.524 e R\$ 17.500 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 15.679 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de construção é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

A Administração obteve avanços por meio da reconciliação dos valores registrados nas contas de depósitos judiciais, cujo foco visa alinhar os controles internos contábeis e jurídicos confrontando-os com os extratos das instituições financeiras. Por meio deste trabalho foi possível identificar que o saldo divulgado nas demonstrações contábeis é adequado, visto que parte significativa dos valores dispostos nos referidos extratos referem-se a precatórios pagos pendentes de resgate pelo beneficiário de direito, ou seja não representam direitos dos Correios.

#### 11.12 - Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	31/12/20	31/12/19
Imunidade tributária	984.770	1.678.244
IR	984.770	971.105
PIS/COFINS	-	707.139
Retenção na fonte – contrato Banco Postal	251.187	247.392
Pedidos de restituição	50.085	48.642
<b>TOTAL</b>	<b>1.286.042</b>	<b>1.974.278</b>

O montante de R\$ 984.770 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até dezembro de 2020. Estes créditos estão amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 299.382. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

Os créditos de PIS e COFINS, decorrentes de enquadramento indevido de regime de tributação não aplicável a ente imune a impostos, que perfazem o montante atualizado em 31/12/2020 de R\$ 720.732, são objeto de ação judicial. Ressalta-se que estes créditos encontram-se com os prazos prescricionais resguardados pelo protesto judicial e pela ação judicial, garantindo assim o pleito dos créditos relativos aos anos de 2012 à 2017.

Em decorrência de decisão de Diretoria, no exercício de 2020 os créditos tributários do PIS e COFINS, foram desreconhecidos em atendimento à Recomendação TCU no Acórdão 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

O saldo de R\$ 251.187 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 50.085, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

#### 11.13 - Outros

OUTROS	31/12/20	31/12/19
Acordos jurídicos - REFIS	2.379	3.121
Débitos de ex-empregados	2.168	49
Parcelamento de multa de fornecedores	167	2.945
Outros débitos de empregados	-	573
<b>TOTAL</b>	<b>4.714</b>	<b>6.688</b>

#### 11.13.1 - Débitos de ex-empregados

Corresponde a valores a receber de ex-empregados. A variação entre os períodos apresentados deve-se, principalmente, a redução da estimativa de perda sobre os valores a receber.

#### NOTA 12 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

MANTIDOS PARA VENDA	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	31/12/20
Terenos	137.545	-	(1.545)	(136.000)	-
Prédios	27.838	243	(223)	(27.858)	-
Impairment	(9.553)	(477)	517	9.513	-
<b>TOTAL</b>	<b>155.830</b>	<b>(234)</b>	<b>(1.251)</b>	<b>(154.345)</b>	<b>-</b>

#### NOTA 13 - INVESTIMENTOS

##### 13.1 - Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos, alugados ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades para investimento evidenciadas abaixo iniciam e permanecem ao logo de 2020 avaliadas pelo método de custo, todavia, em 31 de dezembro de 2020, a fim de garantir uma apresentação mais aderente às características do grupo, o método de avaliação foi alterado para o método de valor justo. Assim, no encerramento no exercício, os imóveis foram ajustados pelos ganhos e perdas a valor justo apurados com base nos laudos de avaliação

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPRECIAÇÃO	ADOÇÃO INICIAL	31/12/20
Terenos	603.443	829	(266)	-	277.450	-	881.456
Ganho – valor justo - terrenos	-	-	-	-	-	207.673	207.673
Perda – terrenos¹	-	-	-	-	-	(100.849)	(100.849)
Perda - valor justo - terrenos	-	-	-	-	-	(174.357)	(174.357)
Prédios	23.432	84	(246)	-	44.468	1.109	68.847
Ganho – valor justo - prédios	-	-	-	-	-	136.169	136.169
Perda – prédios¹	-	-	-	-	-	(3.433)	(3.433)
Perda - valor justo - prédios	-	-	-	-	-	(10.381)	(10.381)
Impairment	(75.982)	(35.145)	-	-	(9.513)	-	120.640
<b>TOTAL</b>	<b>550.893</b>	<b>(34.232)</b>	<b>(512)</b>	<b>-</b>	<b>312.405</b>	<b>1.109</b>	<b>175.462</b>

¹Referem-se ao saldo de perdas constituídas anteriormente que não foram revertidas na adoção inicial do método de valor justo.

#### 13.2 - Museu

MUSEU	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	31/12/20
Museu	992	-	72	(2)	(2)
<b>TOTAL</b>	<b>992</b>	<b>-</b>	<b>72</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>

#### NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	31/12/2019	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS¹	DEPRECIAÇÃO	31/12/2020
Terenos	3.455.138	60	(60)	-	(141.450)	3.313.688
Impairment terrenos	(89.022)	(722.195)	422	-	-	(810.795)
Prédios	1.425.652	18.395	-	-	(16.126)	(39.380)
Impairment prédios	(60.523)	(38.672)	15.240	-	-	(83.955)
Obras em andamento	44.233	2.389	-	-	(3.572)	43.050
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	23.240	4.072	-	-	3.000	(12.063)
Imóveis - direito de uso	1.293.124	569.523	(41.049)	-	-	(207.930)
Total – imóveis	6.091.842	(166.428)	(25.447)	-	(158.148)	(259.373)
Móveis e utensílios	131.818	9.290	(3.328)	-	506	(15.027)
Máquinas e equipamentos	488.491	80.355	(2.288)	-	72.028	(62.216)
Veículos	539.391	140.745	(12.302)	-	(5.232)	(42.705)
Ferramentas e instrumentos	64	133	(1)	-	-	(41)
Equipamentos de processamento de dados	101.667	55.051	(373)	-	3.504	(31.075)
Aquisição de bens imóveis e equipamentos em andamento	123.369	6.797	-	-	(75.541)	-
Móveis - direito de uso	-	2.695	(76)	-	-	(560)
Total – móveis	1.384.800	295.066	(18.368)	-	(4.735)	(151.624)
<b>TOTAL</b>	<b>7.476.642</b>	<b>128.638</b>	<b>(43.815)</b>	<b>-</b>	<b>(162.883)</b>	<b>(410.997)</b>

¹Estão somadas as transferências os valores relativos a bens sucateados.

#### 14.1 - Arrendamentos

A partir de 2019, os Correios adotaram o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que dispõe que a Empresa deve reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo circulante e não circulante descontado a valor presente da obrigação assumida no contrato com a aplicação da taxa incremental de empréstimo. Além disso, para os contratos nos quais a Empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos arrendamentos no exercício de 2020:

ARRENDAMENTOS	31/12/19	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	DEPRECIAÇÃO	APROPRIAÇÃO DE JUROS	PAGAMENTOS	31/12/20
Bens imóveis	1.316.364	573.595	(38.049)	(219.993)	-	-	1.631.917
Bens móveis	-	2.695	(76)	(560)	-	-	2.059
Ativo	1.316.364	576.290	(38.125)	(220.553)	-	-	1.633.976
Passivo por direito de uso	1.340.580	572.218	(41.125)	-	154.983	(309.306)	1.717.350
Passivo	1.340.580	572.218	(41.125)	-	154.983	(309.306)	1.717.350

#### 14.1.1 - Distribuição do passivo

ARRENDAMENTOS	31/12/20	31/12/19
Circulante	310.414	241.098
Não circulante	1.406.936	1.099.482
<b>TOTAL</b>	<b>1.717.350</b>	<b>1.340.580</b>

#### NOTA 15 - INTANGÍVEL

Corresponde a softwares não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

INTANGÍVEL	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	AMORTIZAÇÃO	31/12/20
Softwares, licenciamentos e similares	51.271	17.931	(360)	-	(32.371)	36.471
<b>TOTAL</b>	<b>51.271</b>	<b>17.931</b>	<b>(360)</b>	<b>-</b>	<b>(32.371)</b>	<b>36.471</b>

#### NOTA 16 - PASSIVO

##### 16.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

FORNECEDORES	31/12/20	31/12/19
Material, produtos e serviços	989.196	996.192
Consignações e outros	157	151
<b>TOTAL</b>	<b>989.353</b>	<b>996.343</b>

##### 16.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como provisões de férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/12/20	31/12/19
Férias	890.765	1.113.747
INSS – empregado	40.070	40.343
Postalis (PostalPrev) – empregado	31.274	32.451
Obrigações trabalhistas	16.338	16.986

## 16.9 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

MOVIMENTAÇÃO	SALDO EM 31/12/19	ADIÇÃO	ENC. FINANC.¹	AMORTIZAÇÃO PRINCIPAL	AMORTIZAÇÃO JUROS	DESPESA	SALDO EM 31/12/20
CCB - BB	363.388	-	-	(156.250)	(9.583)	16.397	213.952
CCB - ABC	-	250.000	(4.797)	(166.667)	(12.975)	16.973	82.534
<b>TOTAL</b>	<b>363.388</b>	<b>250.000</b>	<b>(4.797)</b>	<b>(322.917)</b>	<b>(22.558)</b>	<b>33.370</b>	<b>296.486</b>

¹ - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão, pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF e pelas despesas bancárias.

COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/20	31/12/19
Circulante	266.107	181.694
Não circulante	30.379	181.694
<b>TOTAL</b>	<b>296.486</b>	<b>363.388</b>

CARACTERÍSTICAS	CCB¹ - BANCO DO BRASIL
Saldo da obrigação	750.000
Data da emissão	28/12/16
Vencimento final	28/02/22
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/17
Encargos financeiros totais²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/18
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

¹ - Cédula de Crédito Bancário

² - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão *flat*, pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF e pelas despesas bancárias.

De acordo com os termos da CCB do Banco do Brasil, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

EXERCÍCIO	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 2,5x

Em 2020 a relação dívida líquida/EBITDA foi de 0,99, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	31/12/20	31/12/19
Caixa e aplicações	579.026	547.025
Arrendamento e empréstimos e financiamentos	2.013.836	1.703.968
A - Dívida líquida	1.434.810	1.156.943
B - EBITDA	1.454.968	675.149
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA (A/B)</b>	<b>0,99</b>	<b>1,71</b>

CARACTERÍSTICAS	CCB - BANCO ABC
Saldo da obrigação	250.000
Data da emissão	03/03/20
Vencimento final	02/03/21
Remuneração	100% da taxa média do CDI, acrescida de 1,9% ao ano
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de março/20
Encargos financeiros totais¹	4.797
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 28/09/20
Garantia	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios

¹ - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão e pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

## 16.10 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

RECEITAS A APROPRIAR	31/12/20	31/12/19
Aluguel de caixas postais	23.226	23.707
Faturamento por estimativa	13.404	5.655
<b>TOTAL</b>	<b>36.630</b>	<b>29.362</b>

## 16.11 - Convênio Postal Saúde

Trata-se de obrigações a pagar para a operadora referente ao plano de saúde ofertado aos empregados e respectivos dependentes. A redução das obrigações com a Operadora deve-se aos repasses adicionais realizados pelos Correios em 2020, além da redução da despesa assistencial no período provocada pela queda na utilização.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/20	31/12/19
Convênio CorreiosSaúde	132.504	525.842
Saúde ocupacional	20.656	18.628
Benefício de medicamentos	5.145	3.167
<b>TOTAL</b>	<b>158.305</b>	<b>547.637</b>

### 16.11.1 - Convênio Postal Saúde

Corresponde às obrigações relativas ao plano CorreiosSaúde, contemplando as despesas assistenciais, administrativas, ambulatoriais, ressarcimento ao SUS e as demais obrigações relativas à manutenção da Operadora.

Em 2020 a Mantenedora realizou o reforço dos repasses efetuados à Postal Saúde visando o cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras – TAOEF, firmado entre a Operadora e a Agência Nacional de Saúde - ANS em fevereiro de 2019, em que um dos objetivos é regularizar os desequilíbrios econômicos identificados pelo órgão regulador.

Em abril de 2021, a ANS analisou os demonstrativos contábeis da operadora e identificou a correção integral dos problemas que ensejaram o TAOEF, razão pela qual se decidiu pelo encerramento do Termo pactuado e pelo arquivamento do processo administrativo.

## 16.12 - Outros débitos

OUTROS DÉBITOS	31/12/20	31/12/19
Apuração da venda de ativo fixo e outros	14.921	3.052
Caução de fornecedores	14.640	13.344
Convênio SESI/SENAI	13.024	11.613
Retenções judiciais	6.615	2.713
Prestação de contas AGF/ACF	2.303	1.632
Ressarcimento ao SUS	2.249	2.249
<b>TOTAL</b>	<b>53.752</b>	<b>34.603</b>

## 16.13 - Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postal e da Postal Saúde, que asseguram, respectivamente, a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

### 16.13.1 - Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA RECONHECIDA NO BALANÇO	PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Passivo circulante	288.180	266.160	265.119	251.736
Encargos sociais	44.360	43.077	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	243.820	223.083	265.119	251.736
Passivo não circulante	5.727.784	3.419.014	-	3.231.789
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	5.727.784	3.419.014	-	3.231.789
<b>TOTAL DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL</b>	<b>6.015.964</b>	<b>3.685.174</b>	<b>265.119</b>	<b>3.483.525</b>

### 16.13.2 - Plano CorreiosSaúde II

O Plano CorreiosSaúde II é o plano de assistência médica/hospitalar e odontológica, com a cobrança de mensalidades e coparticipação, oferecido aos empregados ativos, aos aposentados nos Correios que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder.

A partir de 1º de janeiro de 2020, em alinhamento à Suspensão Liminar SL nº 1.264/DF, de 18/11/2019, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Operadora aprovou as adequações na forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, por meio do Conselho Deliberativo da Operadora e do Conselho de Administração dos Correios definindo os percentuais a serem aplicados na cobrança da mensalidade.

A modificação no regulamento do plano objetivou a paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, com 50% do valor total das despesas custeadas pelos Correios e 50% pelos beneficiários.

Em setembro/2020, com a modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203- 57.2020.5.00.0000 - 2020, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no Regulamento do Plano, que assegura a manutenção dos aposentados no plano desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

A implementação da alteração no custeio dos beneficiários aposentados e seus dependentes ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2021.

Diante da modificação no formato de custeio, considerando que não haverá despesa para a patrocinadora referente a concessão desse benefício aos aposentados, foi realizado o desreconhecimento parcial do passivo no montante de R\$ 3.103.356, permanecendo na obrigação o total de R\$ 265.119 correspondente a estimativa de despesa para o período de janeiro de 2021 a julho de 2021.

Cabe destacar que as mudanças ocorridas no plano de saúde tem o intuito de adequar os benefícios ao que dispõe a Resolução CGPAR nº 23 de 2018, cujo prazo de implementação é até janeiro de 2022.

## 16.13.3 - Planos de previdência complementar

### 16.13.3.1 - PostalPrev – CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é partilhado com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

### 16.13.3.2 - Postalis – Plano de Benefício Definido – PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção". O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Postalis, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

## 16.13.4 - Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

### 16.13.5 - Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativos	85.747	88.608	49.506	50.293	83.207	96.236
Assistidos	4.689	4.578	33.191	33.877	25.501	30.961
Dependentes	-	-	-	-	146.811	171.512
<b>TOTAL</b>	<b>90.436</b>	<b>93.186</b>	<b>82.697</b>	<b>84.170</b>	<b>255.519</b>	<b>298.709</b>

### 16.13.6 - Valor justo dos ativos dos planos PostalPrev e Benefício Definido

Somente os planos de previdência geridos pelo Postalis (PostalPrev e de Benefício Definido – PBD), possuem ativos financeiros para a cobertura dos riscos atuariais.

Na elaboração desse documento são considerados parâmetros como a modalidade do plano, o perfil da massa de participantes, os fluxos de pagamentos futuros dos beneficiários e as opções de investimento disponíveis, considerando suas rentabilidades e riscos. Assim, os recursos devem ser aplicados conforme as necessidades dos planos.

Os investimentos devem assegurar a solvência, a liquidez e o equilíbrio dos planos de benefícios e, por esse motivo, existem regras prudenciais e de alocação para cada uma das modalidades de investimento.

As regras operacionais tratam de procedimentos administrativos relacionados aos investimentos, tais como a designação de um administrador estatutário tecnicamente qualificado, a realização de controles internos, a avaliação de riscos dos investimentos e a contratação de serviço de custódia para guarda de títulos e liquidação de operações de compra e venda. Já as regras de alocação de recursos definem limites máximos para aplicação dos recursos em relação a cada plano e ao total administrado pela entidade.

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, é a norma que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O cálculo do valor justo dos ativos dos planos de previdência, foi realizado pela consultoria atuarial e tomou por base informações contidas em laudos de avaliação, demonstrações contábeis, pareceres de auditores independentes e notas explicativas, carteiras de investimentos disponibilizadas pelos agentes custodiantes, dentre outras informações. Na análise foram aplicadas metodologias universalmente empregadas conforme o ativo mensurado, respeitada a legislação subjacente.

O plano CorreiosSaúde II, gerido pela Postal Saúde, não possui ativos. O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO)	POSTALPREV		PBD	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Títulos públicos	6.083.848	5.357.169	1.452.052	1.742.332
Créditos privados e depósitos	84.783	73.933	39.789	50.550
Ações	14.057	20.204	31.003	51.487
Fundos de investimentos	796.890	854.209	1.310.816	882.639
Empréstimos e financiamentos	402.824	438.277	232.514	232.043
Investimentos mobiliários	-	-	278.136	271.816
Depósito judicial	-	5	32.415	17.306
Valor justo da parcela CD	(6.331.508)	(5.802.008)	-	-
Ajustes²	(350.518)	(299.959)	18.571	(4.306)
<b>TOTAL</b>	<b>700.376</b>	<b>641.830</b>	<b>3.395.296</b>	<b>3.243.867</b>

²Ajustes previstos no item 114 do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

## 16.13.7 - Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

### 16.13.7.1 - Principais premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coletadas em dezembro de 2019 e 2020:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<b>I) Financeiras</b>						
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	10,26%	10,98%	10,29%	10,90%	10,30%	10,89%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,68%	5,92%	5,71%	5,95%	5,71%	5,96%
Projeção de aumento médio dos salários	6,06%	6,18%	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%	N/A	N/A
Taxa média de inflação anual	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	10,26%	10,98%	10,29%	10,90%	10,30%	10,89%
Taxa de juros nominal no final do exercício	9,06%	10,26%	9,09%	10,29%	9,09%	10,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	9,06%	10,26%	9,09%	10,29%	N/A	N/A
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	0,89%	0,86%
<b>Aging Factor (envelhecimento)</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	2,16%	2,20%
<b>II) Demográficas</b>						
Taxa de rotatividade	3,44% até 0,00% após	2,79% até 0,00% após	2,52% até 0,00% após	1,33% até 0,00% após	3,44% até 0,00% após	2,79% até 0,00% após
Tábua de mortalidade/ sobrevivência de ativos	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.20%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)
Tábua de mortalidade/ sobrevivência de aposentados	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.20%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)
Tábua de mortalidade/ sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS (a.28%)	RP 2000 DISABLED M&F	WINKLEVOSS (s.39%)	RP 2000 DISABLED M&F	WINKLEVOSS (a.28%)	RP 2000 DISABLED M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (s.61%)	Light Forte (s.55%)	Álvaro Vindas (s.17%)	Álvaro Vindas	Light Forte (s.61%)	Light Forte (s.55%)
<b>Idade de aposentadoria</b>	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019					

### 16.13.7.1.1 - Taxa de juros real de desconto atuarial anual

A metodologia de cálculo das taxas de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para o enquadramento dos papéis na escala de investimento, adotou-se o entendimento de que os títulos de alta qualidade são aqueles cujas notas de classificação de risco sejam Baa, BBB ou superior.

A partir dos critérios estabelecidos para a análise de *rating*, foi selecionada a amostra das debêntures negociadas no mercado secundário em 31/12/2020, conforme informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A amostra representou um total de 236 observações.

Em seguida, foram apurados os títulos corporativos inseridos na escala de grau de investimento, ou seja, com notas de classificação de risco iguais ou superiores a Baa3 (*Moody's*) e BBB- (*Standard and Poor's e Fitch*). Nesta análise, estabeleceu-se o critério adicional que as análises de *rating* (revisão ou classificação), realizadas pelas agências de classificação risco, ocorres

### 16.13.7.1.3 - Taxa média de inflação anual

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 31/12/2020, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da taxa média geométrica de inflação (3,20%) foi o intervalo entre 2021 e 2129, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa. Observa-se que a mediana das projeções de mercado para o IPCA, disponibilizadas pelo BACEN, em 31/12/2020, limitavam-se ao ano 2024. Por conseguinte, a última projeção disponível do Índice foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento (2129).

### 16.13.7.1.4 - Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração 9 diferentes tábuas de mortalidade, a consultoria atuarial identificou a BR-EmSsb-v.2015 M&F como a mais adequada para todos os planos, e por essa razão foi adotada no exercício de 2020.

### 16.13.7.2 - Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(556.736)	(609.522)	(10.614.213)	(9.403.617)	(3.483.525)	(3.918.101)
Custo dos juros	(53.525)	(66.926)	(1.021.214)	(670.048)	(332.874)	(426.681)
Custo do serviço corrente	(9.609)	(8.997)	-	(14.401)	(63.993)	(77.790)
Benefícios pagos pelo plano	22.123	44.452	859.178	632.315	301.886	383.086
Remensurações de ganhos/perdas) atuariais	103.223	84.257	(4.672.077)	(1.158.462)	2.094.866	365.994
Decorrentes de ajuste de experiência	24.769	108.793	(29.814)	(168.147)	241.226	646.472
Decorrentes de alterações de premissas biométricas/demográficas	90.115	(8.849)	(703.930)	20.909	(888)	64.477
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(11.661)	(15.687)	(403.133)	(1.011.224)	(304)	(277.120)
Decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos	-	-	-	-	(30.003)	(67.835)
Decorrentes da revisão da estimativa do compartilhamento de risco	-	-	(3.535.200)	-	-	-
Reversão da obrigação constituída em Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.884.835	-
Custo do serviço passado	-	-	-	-	1.218.521	189.967
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO	(494.524)	(556.736)	(15.448.326)	(10.614.213)	(265.119)	(3.483.525)

### 16.13.7.2.1 - PBD

Em relação a avaliação anterior, o aumento no valor da obrigação atuarial é justificado: pelas mudanças nas premissas demográficas e financeiras, pelas variações nos dados cadastrais, pelos desvios entre os eventos estimados e ocorridos face a substituição de tábuas atuariais e pela revisão na estimativa do compartilhamento de risco, dado o nível de experiência e as informações adicionais disponíveis. De igual modo também ocorreu a elevação no valor justo dos ativos do plano, embora que em menor proporção.

### 16.13.7.2.2 - CorreiosSaúde II

A redução da obrigação atuarial justifica-se pela implementação do custeio integral das despesas com saúde pelos aposentados a partir de agosto de 2021.

### 16.13.7.3 - Conciliação do valor justo dos ativos

CONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	POSTALPREV		PBD	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	641.830	858.795	3.243.865	2.890.834
Receita de juros	70.732	94.296	297.758	315.101
Contribuições do patrocinador	4.834	39.683	279.234	255.677
Contribuições dos participantes	5.161	48.804	72.351	75.807
Benefícios pagos pelo plano	(22.123)	(44.452)	(652.296)	(632.315)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	148.647	(355.296)	175.486	338.761
VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO NO FINAL DO EXERCÍCIO	849.081	641.830	3.416.398	3.243.865

### 16.13.7.4 - Status dos planos e ativo(passivo) líquido reconhecido

STATUS DOS PLANOS E ATIVO(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor presente da obrigação atuarial	(494.524)	(556.736)	(15.448.326)	(10.614.213)	(265.119)	(3.483.525)
Valor justo dos ativos	849.081	641.830	3.416.398	3.243.865	-	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	354.557	85.094	(12.031.928)	(7.370.348)	(265.119)	(3.483.525)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (parcela atribuída aos participantes) <sup>1</sup>	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	-	-
Superavit/(Deficit) do plano	354.557	85.094	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)
Efeito do teto do ativo (valor do <i>superavit</i> que não poderá ser reconhecido)	354.557	85.094	-	-	-	-
PASSIVO (ATIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)

<sup>1</sup> O valor da obrigação do plano CorreiosSaúde II refere-se à parcela dos Correios.

### 16.13.7.5 - Movimentação do ativo(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativo/passivo) líquido no início do exercício	-	-	(3.685.174)	(3.256.392)	(3.483.525)	(3.918.101)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	4.768	39.683	279.234	255.677	301.886	383.086
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	(4.448)	39.807	(361.728)	(293.540)	821.654	(314.504)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(320)	(79.490)	(2.248.296)	(390.919)	2.304.896	365.994
PASSIVO (ATIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)

### 16.13.7.6 - Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Custo do serviço corrente líquido	(4.448)	39.807	-	61.406	(63.993)	(77.790)
Custo do serviço corrente	(9.609)	(8.997)	-	(14.401)	(63.993)	(77.790)
Contribuições dos participantes	5.161	48.804	-	75.807	-	-
Juros líquidos	-	-	(361.728)	(354.946)	(332.874)	(426.681)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(53.524)	(66.926)	(659.486)	(670.047)	(332.874)	(426.681)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	70.732	94.296	297.758	315.101	-	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(17.208)	(27.370)	-	-	-	-
Custo do serviço passado <sup>1</sup>	-	-	-	-	1.218.521	189.967
VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(4.448)	39.807	(361.728)	(293.540)	821.654	(314.504)

### 16.13.7.7 - Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	148.713	(355.296)	175.486	338.761	-	-
Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido	103.223	84.257	(4.672.078)	(1.158.462)	2.094.866	365.994
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas	90.115	(8.848)	(703.931)	20.909	(888)	64.477
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	(11.661)	(15.687)	(403.133)	(1.011.224)	(304)	(277.120)
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	24.769	108.793	(29.814)	(168.147)	241.226	646.472
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração na expectativa de crescimento dos custos médicos	-	-	-	-	(30.003)	(67.835)
Reversão da obrigação constituída em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.884.835	-
Decorrentes da revisão da estimativa de compartilhamento de risco	-	-	(3.535.200)	-	-	-
Mudança do teto do ativo	(252.256)	191.548	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	2.248.296	428.782	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(320)	(79.490)	(2.248.296)	(390.919)	2.094.866	365.994

### 16.13.7.8 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL/ CRESCIMENTO DOS CUSTOS MÉDICOS (HCCTR)	
	- 0,25%	+ 0,25%	Suaviz.10%	Agrav.10%	- 0,25%	+ 0,25%
POSTALPREV	(12.804)	12.134	(3.570)	3.291	295	(302)
PBD	(440.169)	419.534	(208.155)	193.875	N/A	N/A
CORREIOSSAÚDE II	(305)	304	(234)	234	322	(322)

Variação do *superavit/(deficit)* atribuído aos Correios.

PARÂMETROS	31/12/20
POSTALPREV	(494.524)
PBD	(15.448.326)
CORREIOSSAÚDE II	(265.119)

### 16.13.7.9 - Estimativa de contribuição da patrocinadora (livre de despesa administrativa) para o exercício de 2021

ESTIMATIVA DE CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA (LÍQUIDA DE DESPESA ADMINISTRATIVA)	2021
POSTALPREV	4.921
PBD	288.180
CORREIOSSAÚDE II	265.119

### 16.13.7.10 - Projeção de receitas/(despesas) para o exercício de 2021

PROJEÇÃO DE RECEITAS/(DESPESAS)	POSTALPREV	PBD
Custo do serviço corrente líquido	3.377	-
Custo do serviço corrente	(1.949)	-
Contribuições dos participantes	5.326	-
Juros líquidos	-	(521.228)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(41.760)	(803.879)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	74.849	282.651
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(33.089)	-
TOTAL DA RECEITA/(DESPA) ESPERADA	3.377	(521.228)

### 16.13.7.11 - Perfil de vencimento das obrigações atuariais

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS <sup>1</sup>	POSTALPREV	PBD	CORREIOSSAÚDE II
Até 1 ano	31.466	946.666	265.119
De 1 ano até 2 anos	30.099	919.131	-
De 2 anos até 5 anos	81.806	2.574.825	-
Acima de 5 anos	351.153	11.007.704	-
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	494.524	15.448.326	265.119

<sup>1</sup> Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente.

### 16.14 - Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.

a) cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação cível pública; ação de cobrança; dentre outros.

b) fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2020, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

### 16.14.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas

ÂMBITO	NATUREZA	31/12/19	REVERSÃO/ CONVERSÃO	PROVISÕES ADICIONAIS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ALTERAÇÃO NO VALOR PROVISIONADO INICIALMENTE <sup>1</sup>	
						31/12/20	31/12/19
Judicial	Cível	16.019	(10.315)	52.277	14.399	249	72.629
	Fiscal	51.079	(1.179)	17.102	6.352	1	73.355
	Trabalhista	328.389	(144.979)	266.886	16.262	30.094	496.652
Total – judicial		395.487	(156.473)	336.265	37.013	30.344	642.636
Administrativo	Cível	156	-	-	17	-	173
	Fiscal	81	-	117	17	-	215
	Trabalhista	29	(30)	-	1	-	-
Total – administrativo		266	(30)	117	35	-	388
TOTAL		395.753	(156.503)	336.382	37.048	30.344	643.024

<sup>1</sup> - Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

O acréscimo nas provisões decorrem das revisões processuais em andamento pelo Departamento Jurídico.

Em 31 de dezembro de 2020, os Correios eram réus em 8.298 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT	Trabalhista - Ação coletiva PCCS/1195	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	41.790
INSS	Fiscal - Contribuições previdenciárias	Fase: Trânsito em julgado. Aguardando a expedição de precatório.	22.021
Município de Salvador - BA	Fiscal - ISS	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	18.642
Município de Goiânia - GO	Fiscal - ISS	Fase: Execução fiscal.	14.236
SINCOTELBA	Trabalhista	Fase: Execução. Homologação de cálculos.	7.781
SINTECT/AM	Trabalhista - Equiparação a bancários	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	7.778
SINTCOM/PR	Trabalhista - Ação coletiva - diárias de viagem	Fase: Execução. Trânsito em julgado.	7.645
SINTECT AM	Trabalhista - URP - Fevereiro/1989	Fase: Execução. Valor apresentado pelo exequente.	7.060
INSS - GO	Fiscal - recolhimentos de INSS	Fase: Execução	6.373
Maria de Lourdes Castro e Outros	Trabalhista - Reintegração	Fase: Execução	4.644
SINTECT	Trabalhista - Ação coletiva PCCS/1195	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	41.790

### 16.14.2 Processos judiciais e administrativos não provisionados

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2020, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 21.009 processos, conforme demonstrado na tabela.

31/12/20	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL		
	NATUREZA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista		13.035	697.030	19	87	13.054	697.117
Cível		7.152	273.125	9	8.549	7.161	281.674
Fiscal		638	413.				

## NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 17.1 - Capital

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totaliza R\$ 3.382.514, constituído integralmente pela União.

### 17.2 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações "Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até dezembro de 2020 foi capitalizado montante de R\$ 203.056. A integralização do valor de R\$ 20.944 será submetido à Assembleia Geral Extraordinária em 2021.

### 17.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

BENS IMÓVEIS	31/12/19	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT	ADOÇÃO INICIAL -PROP. INVESTIMENTO	31/12/20
Custo atribuído	4.657.028	(24.870)	(794.371)	(166.123)	3.671.664
Tributo diferido	(419.128)	2.238	71.488	14.951	(330.451)
TOTAL	4.237.900	(22.632)	(722.883)	(151.172)	3.341.213

### 17.4 - Outros Resultados Abrangentes – ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	31/12/19	MOV.	31/12/20
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos diferidos	(5.088.768)	(139.941)	(5.228.709)
Ganhos/perdas atuariais	(5.550.901)	(153.750)	(5.704.651)
Postalis – PBD	(3.039.940)	(2.248.296)	(5.288.236)
CorreiosSaúde	(2.094.866)	2.094.866	-
PostalPrev	(416.095)	(320)	(416.415)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas atuariais	462.133	13.809	475.942
Postalis – PBD	273.595	202.347	475.942
CorreiosSaúde	188.538	(188.538)	-
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e tributos diferidos	6.628	(26.564)	(19.936)
Ganhos/perdas – outras aplicações	7.284	(29.192)	(21.908)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em investimentos	(656)	2.628	1.972
C - Ganhos - propriedades para investimento	-	312.896	312.896
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	-	343.842	343.842
Tributos diferidos sobre ganhos	-	(30.946)	(30.946)
TOTAL (A+B+C)	(5.082.140)	146.391	(4.935.749)

### 17.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado ao final de 2020 é de R\$ 859.182, tendo em vista a absorção do lucro líquido do exercício de R\$ 1.530.376, conforme estabelece o artigo 189 da Lei nº 6.404/1976, à realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 24.870 e à perda de propriedades para investimento (adoção inicial) no total de R\$ 2.054. O prejuízo acumulado até 2019 era de R\$ 2.412.374.

## NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### 18.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e Empresas.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Receita bruta de vendas e serviços	17.963.561	19.104.605
Receitas nacionais	16.730.544	18.183.679
Receitas internacionais	1.233.017	920.926
(-) Deduções	(714.511)	(748.528)
(-) Impostos	(695.954)	(722.944)
(-) Descontos incondicionais	(17.113)	(22.812)
(-) Receitas canceladas	(1.444)	(2.772)
TOTAL	17.249.050	18.356.077

O quadro a seguir detalha receita bruta por segmento.

RECEITA BRUTA DE VENDAS/SERVIÇOS	31/12/20	Part.(%)	31/12/19	Part.(%)
Encomenda	9.925.418	55,3%	9.103.103	47,6%
Mensagem	5.508.122	30,7%	7.360.135	38,5%
Internacional	1.233.017	6,9%	920.926	4,8%
Marketing	431.734	2,4%	485.111	2,5%
Logística	335.828	1,9%	429.471	2,2%
Malote	240.605	1,3%	369.978	2,0%
Conveniência	177.085	1,0%	215.935	1,2%
Serviços financeiros	56.698	0,3%	184.713	1,0%
Outros	55.054	0,2%	35.233	0,2%
TOTAL	17.963.561	100,0%	19.104.605	100,0%

A situação mundial e do Brasil passou por uma mudança significativa de perspectivas desde que a epidemia do novo coronavírus, inicialmente circunscrita a uma região da China, adquiriu caráter global, transformando-se numa pandemia. O impacto econômico inicial, até meados de fevereiro, ocorreu principalmente no país de origem, porém rapidamente estendeu-se aos mercados financeiros mundiais. O aceleramento do contágio fez com que quase todos os países adotassem medidas de isolamento social.

Com as lojas físicas fechadas, por conta da pandemia, muitas pessoas recorreram às compras online, e com isso, foi possível observar um crescimento mais acelerado nas receitas do segmento de encomendas de 9,0%, que representa R\$ 822.315, em relação ao mesmo período de 2019.

A preferência dos usuários pelos canais digitais, tendência reforçada pela pandemia, também vem ocasionando a desmaterialização da mensagem e consequente redução no tráfego e receita do segmento, conforme verifica-se no quadro que evidencia o comportamento dos segmentos das receitas.

### 18.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/12/20	31/12/19
Pessoal	(8.238.741)	(9.988.753)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(7.413.635)	(8.102.773)
Saúde	(825.057)	(1.588.016)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD	(49)	(13.664)
Incentivo Financeiro – PDV/2019	-	(284.300)
Remuneração de AGF	(1.911.520)	(1.799.913)
Transporte de malas e malotes	(1.592.182)	(1.610.487)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	(1.048.933)	(1.012.474)
Aluguéis	(137.619)	(201.745)
Utilidades	(317.397)	(324.726)
Material e produtos	(250.433)	(218.745)
Depreciação e amortização	(389.704)	(400.910)
Bens de direito de uso – CPC 06(R2)	(208.490)	(150.072)
Demais bens	(181.214)	(250.838)
Internacionais	(61.028)	(64.154)
Impostos, taxas e contribuições	(20.561)	(19.898)
TOTAL	(13.968.118)	(15.641.805)

#### 18.2.1 - Pessoal

O decréscimo das despesas de pessoal de 2020 em relação a 2019 deve-se, principalmente: à alteração do custeio do plano de saúde que em 2019 era distribuído na proporção de 70% para os Correios e 30% para os empregados e que a partir de 2020 passou a ser paritário, à redução das despesas de pessoal em razão do PDV realizado em 2019 e ao Dissídio Coletivo julgado em 21 de setembro de 2020.

#### 18.2.2 - Aluguéis

A diminuição das despesas de aluguéis foi ocasionada, principalmente, pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

### 18.3 - Despesas com vendas/serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda.

DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Provisão de perdas	(126.830)	(34.603)
Remuneração de unidades terceirizadas	(64.356)	(79.825)
Perdas	(42.365)	(3.389)
Multas contratuais de clientes e outros	(3.997)	(886)
Propaganda, publicidade e patrocínio	(1.744)	(4.184)
TOTAL	(239.292)	(122.887)

#### 18.3.1 - Provisão de perdas

O acréscimo na rubrica, deve-se à constituição de perda para saldos a receber de longa data das contas internacionais.

#### 18.3.2 Perdas

A oscilação no saldo refere-se realização da perda de faturas.

### 18.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/20	31/12/19
Pessoal	(1.956.072)	(2.026.566)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(1.953.552)	(1.959.976)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD	(2.520)	(8.757)
Incentivo Financeiro – PDV/2019	-	(57.833)
Precatórios	(348.379)	(355.806)
Contingências	(247.299)	(109.684)
Pós-emprego	(81.210)	(37.381)
Depreciação/amortização	(52.555)	(82.885)
Constituição/reversão de provisão para perdas	(30.988)	(30.358)
Perdas	(7.805)	(11.776)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros	(2.154)	(2.117)
Impostos, taxas e contribuições	(1.428)	(1.405)
Acordo judicial	(13)	(2.057)
Provisões – CorreiosSaúde	-	(78.519)
TOTAL	(2.727.903)	(2.738.554)

#### 18.4.1 - Contingências

O aumento nas despesas de contingências foi ocasionado pela revisão dos riscos atribuídos aos processos pela área jurídica em atendimento às novas diretrizes de provisionamento aprovadas pela Administração.

### 18.5 Resultado de participação em controlada

O montante de R\$ 9.190 registrado em 2019 corresponde ao prejuízo apurado pela CorreiosPar.

## 18.6 - Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31/12/20	31/12/19
Reversão – Provisão de Benefício Pós-Emprego	1.123.860	148.072
Multas aplicadas a fornecedores	150.808	51.413
Reversão – PECLD	47.023	18.601
Multas aplicadas a clientes	23.982	27.718
Taxa mensal de franquia – AGF	19.102	18.031
Reversão - Impairment	13.545	5.301
Despesas recuperadas	8.994	16.923
Taxa inicial de franquia - AGF	8.704	22
Outras reversões de provisões	6.296	-
Recuperação de perda - REVIS	2.478	1.095
Lucro na alienação de bens	551	1.807
Reversão - Provisões para contingências	29	50.943
Outros	7.281	17.958
TOTAL	1.412.653	357.884

#### 18.6.1 - Reversão – Provisão de Benefício pós-emprego

Corresponde, principalmente, a reversão parcial da obrigação de benefício pós-emprego saúde.

### 18.7 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/20	31/12/19
Desreconhecimento - imunidade tributária - PIS/COFINS	(707.139)	-
Prejuízos na alienação de bens	(6.542)	(10.170)
TOTAL	(713.681)	(10.170)

#### 18.7.1 - Desreconhecimento – imunidade tributária – PIS/COFINS

O desreconhecimento deve-se ao fato de que, em que pese o mérito ser classificado como "praticamente certo o provável ganho" pelos assessores jurídicos contratados, e que as Leis do PIS e da COFINS que regem o regime de apuração não-cumulativo, citarem explicitamente que esta sistemática não se aplica ao ente imune a impostos, não é possível, nesse momento, determinar a certeza de realização desse ativo, frente ao atual estágio que se encontra a referida discussão judicial, e as dificuldades operacionais a serem superadas para que a ação judicial transite em julgado.

### 18.8 - Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Variação cambial	589.540	207.842
Rentabilidade de aplicações financeiras	30.395	55.544
Receita de juros	23.876	90.686
Variação monetária	9.477	20.470
Receitas de descontos	7.625	5.046
Pagamento a valor presente	4.378	6.776
Outras	467	1.153
TOTAL	665.758	387.517

#### 18.8.1 - Receita de variação cambial

O aumento na rubrica deve-se, principalmente, a valorização do DES (Direito Especial de Saque – moeda utilizada nas relações postais internacionais) de 2020 em relação a dezembro/2019.

#### 18.8.2 - Receita de juros

A queda na receita de juros deve-se ao desreconhecimento da imunidade tributária – PIS/COFINS em 2020, e a atualização, em 2019, dos valores referentes aos pedidos de restituição de INSS, COFINS, IR e CSLL.

### 18.9 - Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Variação cambial	(232.187)	(177.420)
Juros	(155.787)	(119.166)
Juros a transcorrer – bens de direito de uso – CPC 06 (R2)	(154.983)	(118.235)
Demais	(804)	(931)
Apropriação/atualização – AVP	(71.185)	(89.689)
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)	(30.505)	(55.911)
Taxa administrativa – cartão de crédito	(7.964)	(7.901)
Multas	(5.790)	(8.263)
Despesas bancárias	(4.081)	(4.912)
Perdas nas aplicações financeiras	(121)	(13)
Notificação de infração	(117)	(710)
Outros	(2.492)	(2.634)
TOTAL	(510.229)	(466.619)

#### 18.9.1 - Encargos – financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo e distrato com o Banco Postal (quitado em 2019), tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

## NOTA 19 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Amparada pelo art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura apenas a CSLL à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, considerando a compensação de bases negativas.

No exercício de 2020, a Empresa apresenta cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no valor R\$ 34.642. Já o tributo diferido está representado por saldo credor de R\$ 396.780 que diz respeito em sua maior parte à constituição de ativos e passivos fiscais diferido detalhados nas notas 19.1 e 19.2.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	31/12/20	31/12/19
Resultado antes do JSCP	1.168.238	112.253
(+/-) Ajustes Lei 12.973/2014	(75.416)	32.452
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.092.822	144.705
Efeito do IRPJ e CSLL – alíquota vigente	(98.354)	(13.023)
Efeito sobre as diferenças permanentes	(3.028)	(4.284)
Efeito sobre as diferenças temporárias	51.945	(516)
Adições	(733.900)	(847.870)
Exclusões	785.845	847.354
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(49.437)	(17.823)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	14.795	5.247
IRPJ e CSLL correntes	(34.642)	(12.576)
CSLL diferida	396.780	2.444
Reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes de RTT	(1.144)	(477)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(7.682)	2.921
Realização de ativo de CSLL sobre diferença temporárias	225.029	-
Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa	180.577	-
TOTAL	362.138	(10.132)

#### 19.1 - Tributos diferidos

##### 19.1.1 - Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a Empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, Saldo Negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (impairment e depreciação). No patrimônio líquido foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e sobre despesas em apuração do resultado do exercício.

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/19	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	31/12/20
A – Sobre as movimentações temporárias – Lei 12.973/2014	4.237	405.606	(1.144)	408.699
Impairment – terrenos	44	-	(30)	14
Impairment – créditos	4.064	-	(1.114)	2.950
Depreciação – custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	225.029	-	225.029
Bases negativas de CSLL	-	180.577	-	180.577
B – Sobre a movimentação reconhecida em outros resultados abrangentes				

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/19	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	31/12/20
A – Das movimentações diferidas no PL	419.784	30.946	(88.787)	361.943
Ajuste de Avaliação Patrimonial – custo atribuído	419.128	-	(88.677)	330.451
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	656	-	(110)	546
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	-	30.946	-	30.946
B – Das diferenças temporárias – Lei nº 12.973/2014	37.906	7.682	-	45.588
Depreciação de bens operacionais	37.906	7.682	-	45.588
TOTAL	457.690	38.628	(88.787)	407.531

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/20	31/12/19
CSLL diferida – mantidos para venda	-	12.920
CSLL diferida	407.531	444.770
TOTAL	407.531	457.690

#### NOTA 20 - SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGURADO	VIGÊNCIA
Edifício Sede	Generali Brasil Seguros S.A	362.222	De 08/06/20 a 08/06/21
TOTAL		362.222	

#### NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2020, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde – Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	11.1 e 16.11
Postalis – Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	16.2, 16.3 e 16.5.2

#### 21.1 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

#### 21.2 - Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros das **notas 11.1 e 16.11**.

#### 21.3 - Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas 16.2, 16.3 e 16.5.2** apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

#### 21.4 - Remuneração do pessoal chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2020	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salários e benefícios	3.954	357	151	266
Encargos sociais	1.158	11	9	50
Previdência complementar	188	1	-	-
Remuneração total	5.300	369	160	317
Número de membros	7	7	3	3

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2019	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salários e benefícios	3.279	334	160	323
Encargos sociais	687	24	-	22
Previdência complementar	164	1	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	320	-	-	-
Remuneração total	4.450	358	160	345
Número de membros	7	7	3	3

#### NOTA 22 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

Remuneração de empregados e dirigentes	2020	2019
Menor remuneração*	1.327	1.363
Maior remuneração	52.619	52.619
Remuneração média	4.266	4.120
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

\*A menor remuneração em 2019 foi impactada pela implantação da jornada reduzida.

#### NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

##### 23.1 - Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Em dezembro de 2020 foi lançado o Plano de Desligamento Incentivado (PDI 2020/2021) cujas adesões e desligamentos ocorrerão em 2021. Por ser um ato administrativo discricionário, que poderia ser revisto antes da produção dos seus efeitos, os impactos do Plano serão divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2021.

Essa iniciativa está alinhada ao programa estratégico de gestão de pessoas que prevê a adequação da força de trabalho às novas demandas internas mediante ações de reequilíbrio de empregados, extinção consensual do contrato de trabalho, transferência de empregados de unidades com efetivo superavitário para unidades com efetivo deficitário, entre outras, com o objetivo de contribuir para o aumento da produtividade operacional e redução de custos.

A estimativa é que sejam realizados 6.297 desligamentos totalizando uma despesa com o PDI em 2021 de R\$ 721.607.

##### 23.2 - Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em 14 de abril de 2021 foi publicado o decreto no qual os Correios foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND). A inclusão da Empresa foi recomendada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) em reunião ocorrida em março de 2021, após a primeira fase dos estudos para a desestatização.

A segunda fase dos estudos segue ao longo de 2021 sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e detalhará o modelo de desestatização aprovado pelo CPPI de alienação de controle societário (venda de parcela majoritária das ações e transferência do controle para o privado) em conjunto com a concessão dos serviços postais universais. A desestatização dos Correios depende ainda da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei 591/21 que quebra o monopólio e regulamenta a abertura do setor postal à iniciativa privada.

Em 20 de abril de 2021 a Câmara aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei 591/21 – que permite acelerar a análise do texto.

	Floriane Peixoto Vieira Neto Presidente	
Daniilo Cezar Aguiar de Souza Diretor de Administração	Celso José Tiago Diretor de Governança	Hegleghyschyntr Valério Marçal Diretor de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças
Heronides Eufrázio Filho Diretor de Gestão de Pessoas	Alex do Nascimento Diretor de Negócios	Carlos Henrique de Luca Ribeiro Diretor de Operações
Hudson Alves da Silva Contador – CRC/DF 014.022/O-9		

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT  
Brasília/DF

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT ('Empresa' ou 'ECT'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2019

Conforme mencionado na nota 6, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercícios anteriores.

Ativos reconhecidos a título de impostos a recuperar – Imunidade - IRPJ

Conforme descrito na nota nº 11.12, a Empresa obteve, em decisão do Pleno do STF, em sede de repercussão geral, o reconhecimento de imunidade tributária recíproca, com fulcro no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal. A Administração amparada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, iniciou no exercício de 2016 os pleitos dos valores na esfera administrativa por meio de pedidos de restituição e decidiu reconhecer no mesmo exercício os efeitos da cobrança indevida do Imposto de Renda, que em 31 de dezembro de 2020 totalizavam R\$ 984.770 mil (valores atualizados), registrados na rubrica de Tributos a Compensar. O montante de R\$ 299.382 mil (valores atualizados) já foi deferido em definitivo na esfera administrativa, aguardando apenas a decisão quanto à compensação de ofício ou compensação de débitos federais selecionados pela Empresa.

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido

Embora existam representantes dos participantes do plano BD que questionam judicialmente a legalidade das cobranças extraordinárias dos equacionamentos dos déficits apurados em função dos supostos atos de má gestão na administração dos ativos garantidores às reservas matemáticas do plano, o que poderia resultar em potencial risco de responsabilidade da Empresa para cobertura dos déficits, a Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, conforme nota nº 16.14, entende que a probabilidade de ocorrência dessas contingências são remotas, não cabendo, segundo o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), o reconhecimento de passivo contingente parar estes casos. Por este motivo, conforme mencionado na nota nº 16.13, mantêm, em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 6.015.964 mil como obrigação atuarial na rubrica Benefício Pós Emprego, que, conforme julgamento da Administração, representa o déficit ajustado para refletir sua obrigação atuarial sobre o plano de Benefício Definido – BD. A determinação desse montante considerou os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%.

Adicionalmente, embora os procedimentos de auditoria tenham levado à conclusão de que a mensuração do passivo atuarial é aceitável no contexto das demonstrações contábeis, é importante enfatizar que a Administração entendendo haver mercado ativo, utilizou títulos privados para determinação da taxa de desconto para apuração do valor presente dos passivos atuariais, o que, embora permitido no pronunciamento técnico CPC 33 Benefícios a Empregados (IAS 19), ainda não é uma prática contábil adotada no Brasil por outras companhias que divulgam suas informações e possuem planos de benefícios em situações similares ao da Empresa, que utilizam, para mesma finalidade, os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional. Esta premissa utilizada pela Empresa está amparada em opinião técnica de empresa de consultoria atuarial contratada especificamente para esta finalidade. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada na nota 16.13.7.1.2.

E, conforme apresentado na nota 16.13.7.1, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Desreconhecimento da obrigação atuarial de benefício pós-emprego de plano de saúde

Conforme descrito na nota 16.13.2, nas demonstrações contábeis estão reconhecidos os efeitos da redução da obrigação atuarial de benefício pós-emprego do plano de saúde, no montante de R\$ 3.103.356 mil, haja vista que a Administração, amparada nas manifestações dos órgãos técnicos, entende que não haverá despesa para a patrocinadora referente a concessão desse benefício aos aposentados, face à modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve (Processo nº TST-DCG-1001203-57.2020.5.00.0000 – 2020), o que implicou na observância das disposições da Lei 9.656/1998, com consequente alteração no custeio dos aposentados uma vez que a manutenção destes no plano é assegurada somente se houver o pagamento integral por parte desses beneficiários.

Reconhecimento de crédito tributário ativo de CSLL diferida

Conforme apresentado na nota 19.1.1, no exercício de 2020 foi reconhecido crédito tributário de CSLL diferida decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo do tributo (R\$ 225.029 mil), bem como de prejuízos fiscais (R\$ 180.577 mil), haja vista o permissivo legal de reconhecimento contábil na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para sua realização. A expectativa de realização do crédito tributário está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da Empresa, incluindo a utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados. Logo, considerando a subjetividade inerente a esse processo, a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderá modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização do crédito tributário.

Provisões para passivos contingentes

Conforme se observa na nota 16.14, embora a auditoria considere que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes (R\$ 643.024 mil) no contexto

das demonstrações, é oportuno ressaltar que a Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente. A Empresa registra provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de saída de caixa para quitação de obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Empresa divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando é considerada provável, mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram os pareceres dos assessores jurídicos e o julgamento da Administração.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações comparativas

As demonstrações contábeis da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 03 de junho de 2020, apresentando opinião com ressalvas relacionadas a: restituição de impostos a recuperar vinculados a imunidade tributária, redução ao valor recuperável para imóveis, depósitos judiciais e passivo contingente, provisão de benefício pós-emprego de plano de pensão e incerteza quanto à continuidade operacional.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações dos valores adicionados foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de maio de 2021.

Paulo Sergio da Silva  
Contador CRCPR No 029.121/O-0 S-DF

Írinea Homan  
Contador CRCPR No 043.061/O-0 S-DF

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES

CRCPR Nº 002.906/O-5